

**AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025**

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas - informação complementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Americanas S.A. - Em recuperação judicial e suas controladas ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Americanas S.A. - Em recuperação judicial** e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Recuperação Judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.3, 1.4(c) e 33, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”) ocorreu em fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano foram atendidas, dentro das medidas adotadas pela Administração de continuidade operacional. Os credores que ainda não tiveram os seus créditos quitados estão sendo pagos conforme os prazos estabelecidos no Plano. Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia e algumas controladas, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano, a Companhia e algumas controladas apresentaram sua resposta contra tal alegação com sustentação jurídica baseada no Plano, se encontrando a matéria pendente de decisão do Juízo. Em 25 de março de 2026, a Companhia e algumas controladas protocolaram o pedido de encerramento da recuperação judicial perante o Juízo, na forma da Lei nº 11.101/2005. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Investigações independente e corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de autoridades públicas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.4, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Comitê Independente apresentou o seu relatório de conclusão da investigação independente em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração anterior até janeiro de 2023, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia possui recurso com efeito suspensivo da sanção imposta pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de sua suspensão do Novo Mercado, bem como encontra-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordo de colaboração de ex-executivos. Em 27 de junho de 2024, foi deflagrada a Operação *Disclosure* pela Polícia Federal que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos. Em 11 de março de 2025, por meio do ingresso de procedimento arbitral a Companhia adotou medidas de responsabilidade civil dos ex-executivos. As investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Aspectos de ambiente de tecnologia

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.20 e 2.21, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações mercantis e consequente elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios da Companhia e suas controladas. Nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazos em sistemas e processos de Tecnologia da Informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. A não adequação dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) e de seus controles dependentes, poderia acarretar processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*.

Devido ao fato de terem ocorrido deficiências significativas no CGTI em anos anteriores, consideramos como um principal assunto de auditoria e essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas de tecnologia na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos CGTIs implementados pela Companhia e suas controladas, para os sistemas que foram considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como, entendimento das políticas internas da Companhia e suas controladas, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, a atuação sobre as deficiências significativas no ambiente de tecnologia, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- Realização de procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia, considerando dentre outros: atualização, entendimento e execução de testes de aderência;
- Efetuamos procedimentos de extração de relatórios que suportam as informações contábeis, por meio de testes de integridade que evidenciam os devidos registros financeiros e contábeis das informações preparadas pela Companhia e suas controladas, que são utilizados na preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, verificamos que os CGTIs estão efetivos para o encerramento do ano.

Tributos a recuperar

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem os montantes de tributos a recuperar de R\$ 3.728 milhões (Controladora) e de R\$ 3.893 milhões (Consolidado), em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia e suas controladas possuem, dentre outros, créditos tributários oriundos de registros extemporâneos relativos ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado em tribunais regionais, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia e suas controladas é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa, uma vez que os principais temas já foram decididos pelos tribunais superiores. A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperabilidade destes saldos com base em projeções prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria, uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas, bem como os aspectos de relevância e complexidade existente no âmbito tributário, para a determinação de reconhecimento de créditos fiscais.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos tributos a recuperar;
- Entendimento e avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções futuras, devidamente elaboradas com base no plano de negócios da Companhia e suas controladas, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração;
- Análise das bases e registros de créditos fiscais com envolvimento dos nossos especialistas tributários, bem como análise dos procedimentos existentes de formação de bases de apuração de tributos a recuperar;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis a metodologia e as premissas utilizadas para demonstrar a recuperabilidade dos saldos de créditos tributários, bem como, os julgamentos utilizados pela Companhia e suas controladas. Possuem procedimentos de apuração de tributos a recuperar adequados. As divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Avaliação do valor recuperável de ativos não monetários, incluindo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 14 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 1.458 milhões, R\$ 170 milhões (Controladora) e de R\$ 1.464 milhões e R\$ 172 milhões (consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2025.

Os bens integrantes do intangível de vida útil definida são compostos significativamente por gastos com desenvolvimento de websites e sistemas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como, bens integrantes do ativo imobilizado e mais valias, principalmente relacionados a investimentos e benfeitorias em lojas, outros intangíveis de vida útil definida e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em aquisição de investimentos, que é testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam e foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela Administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções, no qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável dos ativos da Companhia e suas controladas, bem como a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos;
- Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia e suas controladas;
- Desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, margem e diversos outros indicadores de inflação e de preços;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Contingências fiscais, trabalhistas, imobiliários e cíveis

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem o montante de provisão de R\$ 688 milhões (Controladora) e de R\$ 701 milhões (Consolidado), em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, imobiliário e cível, originados no curso normal dos negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia e suas controladas, pois dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da Administração, e análise técnica jurídica e legal por especialistas. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças nas jurisprudências, também podem trazer alterações nas estimativas da Administração. Por essa razão, consideramos como um assunto de atenção em relação aos trabalhos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes;
- Obtenção da confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, contemplando os prognósticos de perda, bem como, as informações relacionadas a mensuração dos montantes estimados como perda possível e provável;
- Para determinadas causas de natureza tributária, avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronos das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências, com o apoio dos nossos especialistas tributários;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e julgamentos utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinação das provisões, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

As demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de modo relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas



intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 -S- RJ



americanas sa

Relatório da Administração 2025

Mensagem da administração

A Americanas vive uma ampla e profunda transformação para chegar aos seus 100 anos completamente renovada. Em 2025, especialmente no último trimestre, aceleramos esse movimento para assegurar a virada para uma empresa eficiente, mais leve e focada no atendimento de excelência a nossos mais de 40 milhões de clientes ativos. Os resultados aqui demonstrados já refletem as principais ações praticadas e o engajamento de nossos times com essa nova proposta de valor que tem a loja física como protagonista e onde o digital está devotado a permitir uma jornada omnicanal em uma experiência completa de compra.

O plano estratégico que nos levará até 2029 e irá nos preparar para o futuro também se dedica a um aprofundamento no conhecimento do consumidor, em uma agenda dupla. A primeira, de **Performance, tem foco em acelerar resultado, com excelência operacional, e evoluir na experiência para o cliente**, a partir de uma estratégia comercial mais bem alinhada, principalmente à precificação e a uma relação radicalmente reformulada com os nossos fornecedores, da melhoria no atendimento, modernização das lojas e uma série de mudanças que já estão acontecendo. A segunda, **a de Transformação, tem relação com o futuro** e busca uma mudança significativa na experiência de compra em algumas categorias, alinhada à expectativa do consumidor, e que amplia esta conexão através do nosso **programa de fidelidade cliente a.** Hoje já temos mais de 50% de nossos clientes identificados em nossas visitas, com um gasto médio mais alto do cliente fidelizado e uma recorrência três vezes maior.

O conhecimento aprofundado não só enriquece a oferta de sortimento e nossos modelos de precificação, como abre diversas possibilidades de serviços financeiros agregados e parcerias com atores relevantes. Em *retail media*, com a Americanas Ads, transformamos marcas em protagonistas dentro e fora das lojas. Nos projetos de *real estate*, cocriamos com a indústria o modelo *Store in Store* que diferencia a experiência por marca, transformando a Americanas num *hub* vivo onde *branding* e *sellout* caminham juntos.

O desenho desse novo capítulo da história da Americanas foi enriquecido pela escuta atenta junto aos nossos parceiros e visitas a diferentes mercados no mundo e a mais de 300 das nossas lojas de norte a sul do país, para entender processos e identificar melhorias operacionais que já pudessem ser implementadas. Com os dados apurados nessas imersões, reestruturamos áreas de vendas, com redução da altura de nossas gôndolas e mudança de layout, melhoramos a exposição de categorias e desenvolvemos 21 novas linhas de produtos. Estes movimentos se traduziram em retorno relevante de nossa marca em datas estratégicas do varejo e em cases de crescimento, como o de 28% no GMV da categoria Bebidas e de 50% em Limpeza. A evolução no desempenho se consolida ainda na expansão de **dois dígitos da receita bruta por metro quadrado e de 7,8% em vendas brutas mesmas lojas.**

A disciplina financeira, com otimização de recursos e os cortes de despesas também permanecem como frentes prioritárias na Americanas. Com isso, alcançamos redução anual de 14% no custo logístico e de **18% em despesas com vendas, gerais e administrativas no ano**, com uma participação de menos de 28% na receita Líquida, um recuo de quase seis pontos percentuais em relação a 2024.

Nada disso seria possível sem a participação engajada de nossos mais de 26 mil associados e sem a confiança de clientes, parceiros e investidores. Para fortalecer essas conexões, revisitamos nossos valores e propósito, reforçando os princípios que nos permitiram chegar até aqui: a paixão que temos em servir e resolver a vida das pessoas, entregando resultados fazendo o que é certo, de forma simples e resiliente, sem esquecer nossa pluralidade e o impacto positivo que geramos na sociedade.

Estamos definitivamente vivendo uma nova fase em 2026, concluindo um ciclo de 3 anos de uma reestruturação intensa em todas as frentes de negócios e preparando a companhia para voltar a crescer. **Não existe futuro sem presente, e é isso que estamos construindo juntos na Americanas.**

Resumo Financeiro

O ano de 2025, apesar de ainda desafiador, foi marcado pela evolução e transformação da Companhia. Iniciamos o ano criando o alicerce para o desenvolvimento de um ciclo centrado em disciplina, execução, ganho de eficiência, fortalecimento da nossa operação, reforço da parceria com os nossos fornecedores, resgate da confiança e foco no cliente, abrindo espaço para seguirmos crescendo com consistência e, demonstrando a força da Americanas.

Ao longo dos meses, trabalhamos para recuperar o poder da nossa marca em datas estratégicas, ampliamos nosso calendário de eventos e avançamos nas parcerias estratégicas e nas iniciativas de *retail media*. Lançamos o cartão cliente a, evoluímos nosso programa de fidelidade e ampliamos o nosso portfólio com soluções, ressaltando o porquê de existirmos: “Porque a gente ama resolver a vida das pessoas”. Esses movimentos refletiram no desenvolvimento do nosso desempenho financeiro e operacional ao longo do ano.

Dessa forma, em 2025, mantivemos um crescimento consistente de 7,8% das vendas brutas “mesmas lojas”. A receita líquida do físico continuou sua trajetória positiva, apresentando crescimento de 4,1%. Além disso, seguimos a trajetória de otimização das despesas da Companhia com redução significativa tanto em termos absolutos como em percentual da receita líquida. Ademais, o EBITDA ajustado ex-IFRS 16 do ano apresentou melhora de R\$ 169 milhões em relação ao ano anterior, resultado que evidencia os esforços contínuos para impulsionar as vendas no varejo físico, bem como o amadurecimento das iniciativas de eficiência operacional e o constante trabalho de controle de custos e despesas.

Em relação às unidades de negócio, a Ame Digital, ao final do exercício de 2025, voltou a ser consolidada no resultado da Companhia. Isso porque foi finalizado o período previsto pelo CPC 31 para o recebimento de proposta. Em setembro de 2024, a Ame havia sido registrada nas demonstrações financeiras como ativo mantido para venda, em conformidade com referido CPC.

Além disso, em agosto de 2025, a Americanas comunicou ao mercado que havia retomado o processo de *market sounding* para prospecção de interessados na unidade de negócio UPI HNT. Já em setembro de 2025, a Companhia divulgou que aceitou a proposta vinculante apresentada pela Fan Store Entretenimento S.A. para aquisição de 100% do capital votante da UPI Uni.Co.

Desta forma, nesta divulgação, as informações de HNT e Uni.Co estão apresentadas como operações descontinuadas e as informações de Ame Digital voltaram a ser consolidadas no resultado da Companhia. Com isso, para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras do 4T25 e 2025, bem como dos seus comparativos, já expurgam os efeitos dessas operações.

Na tabela abaixo, apresentamos o resumo financeiro do 4T25 e 2025 e os comparativos com os mesmos períodos do ano anterior.

Resumo Financeiro (R\$MM)	Consolidado					
	4T25	4T24	2025	2024	Var(%) 4T25 x 4T24	Var(%) 2025 x 2024
GMV	5.150	5.456	17.013	18.708	-5,6%	-9,1%
GMV Físico	4.845	4.553	15.765	15.166	6,4%	4,0%
GMV Digital	261	838	1.001	3.099	-68,9%	-67,7%
GMV Outros ¹	43	65	247	443	-33,1%	-44,3%
Receita Líquida	3.688	3.834	12.305	12.452	-3,8%	-1,2%
Lucro Bruto	912	1.098	3.324	3.995	-16,9%	-16,8%
Margem Bruta %	24,7%	28,6%	27,0%	32,1%	-3,9 p.p.	-5,1 p.p.
SG&A ²	(902)	(1.302)	(3.374)	(4.122)	-30,7%	-18,1%
SG&A (%RL)	-24,5%	-34,0%	-27,4%	-33,1%	-9,5 p.p.	-5,7 p.p.
Outras Receitas/ Despesas Operacionais Líq.	366	63	1.189	1.831	481,0%	-35,1%
EBITDA	376	(141)	1.139	1.704	-	-33,2%
Depreciação e amortização	(182)	(209)	(808)	(888)	-12,8%	-9,0%
Resultado Financeiro	(56)	(164)	(164)	12.461	-65,9%	-101,3%
Impostos	68	129	(69)	(4.666)	-47,3%	-98,5%
Prejuízo de operações descontinuadas	(250)	(201)	(369)	(330)	24,4%	11,8%
Lucro (Prejuízo) do período/exercício	(44)	(586)	(271)	8.281	-92,5%	-
Despesas da RJ e investigação	23	78	90	260	-70,5%	-65,4%
Haircut dos Fornecedores	-	(27)	-	(938)	-	-
Impacto com o programa de autoregularização	-	-	-	(286)	-	-
Impairment / baixa de ativo	(123)	361	(123)	361	-	-
Haircut stock option	-	-	-	(110)	-	-
EBITDA Ajustado	276	271	1.106	991	1,9%	11,6%
Pagamento de arrendamento	(201)	(215)	(828)	(883)	-6,4%	-6,2%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	75	56	277	108	33,6%	156,3%

¹ Inclui demais subsidiárias, exceto HNT e Uni.co que estão contabilizadas como operações descontinuadas.

² Sem efeito de depreciação e amortização.

Vendas Mesmas Lojas (SSS)¹

As vendas brutas no conceito “mesmas lojas” mantiveram um resultado consistente tanto no quarto trimestre como no ano de 2025, com crescimentos de 7,8% e 2,9%, respectivamente. Mesmo diante de um ano com uma dinâmica econômica desafiadora que acabou influenciando no desempenho das vendas do varejo no país, e com o encerramento de 117 lojas em 2025 que não atendiam os critérios de rentabilidade da Companhia e redução de 6,9% da área de vendas, as vendas mesmas lojas cresceram 3,5 p.p. acima da inflação do ano medida pelo IPCA, o que demonstra o bom desempenho das lojas que se mantiveram na base e a decisão assertiva tanto de readequação dos tamanhos lojas como de encerramento de algumas unidades.

Em 2025, o desempenho das vendas brutas no conceito “mesmas lojas” evidenciou a maior produtividade das unidades em operação, que apresentaram crescimento de 13% da receita bruta por m² em comparação com o ano anterior. Além disso, o resultado também foi impulsionado pela boa performance dos eventos realizados, com destaque para a Páscoa no primeiro semestre do ano, que apresentou um crescimento “mesmas lojas” relevante de 16% no comparativo anual, somando um total de R\$ 1,2 bilhão em vendas e estabelecendo um novo recorde para a Companhia.

Durante o segundo semestre do ano o destaque foi o evento da Black Friday, que teve antecipação das ofertas ao longo de todo o mês de novembro. Dessa forma, durante o mês de novembro a Companhia registrou um crescimento de receita no conceito “mesmas lojas” de

¹ As vendas “mesmas lojas” (não revisada pelos auditores independentes) excluem do cálculo a receita bruta relacionada a cancelamentos, devoluções e descontos. E representam as lojas com vendas ininterruptas nos últimos 12 meses.

cerca de 5,5%, com destaque para o desempenho de categorias como Limpeza, Cuidados Pessoais e Alimentos.

Esse desempenho demonstra a capacidade da Companhia de gerar crescimento orgânico consistente, reforçando a eficiência na execução das estratégias comerciais e na gestão das operações, com melhorias contínuas na logística e abastecimento das lojas, redução dos níveis de ruptura, melhoria na exposição dos produtos, oferta de sortimento mais assertivo e atendimento adequado.

Portfólio de lojas

Formatos	Quadro de lojas			
	2025		2024	
	# lojas	Área de vendas (mil m2)	# lojas	Área de vendas (mil m2)
Convencional	906	838	960	893
Express	564	215	627	238
Total	1.470	1.053	1.587	1.131

Em 2025, seguimos otimizando nosso portfólio de lojas, com foco na busca por maior eficiência operacional, maior venda por metro quadrado e eficiência no custo de ocupação. Avaliando nosso quadro de lojas, ao longo do ano, encerramos as operações de 117 unidades (54 no formato convencional e 63 express) que não atendiam aos critérios de viabilidade da Companhia, representando uma redução de área de vendas de 6,9%. No 4T25, foram encerradas as operações de 5 unidades (3 convencionais e 2 express), resultando em uma redução de 0,5% da área de vendas frente em relação a posição do final de setembro/25. Adicionalmente, temos trabalhado para reduzir o tamanho das lojas com espaços ociosos, aumentando a eficiência de custos sem impactar as vendas.

Receita Líquida

Em 2025 a receita líquida consolidada foi de R\$ 12,3 bilhões, uma redução de 1,2% em comparação ao ano anterior. No ano, as vendas líquidas do físico apresentaram trajetória positiva, atingindo R\$ 11,7 bilhões, representando 95% da receita total (vs. 91% em 2024), com crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior. Esse desempenho é fruto de uma melhor execução dos eventos do ano, redução de ruptura dos top itens nas lojas, evolução das iniciativas comerciais de sortimento com a inclusão de novas linhas de produtos e ampliação de categorias, como a linha de descartáveis e a categoria de artigos de casa, além de evolução das parcerias estratégicas com fornecedores, e do desempenho das frentes que compõem a plataforma de clientes e parceiros (PCP), que em 2025 apresentou um crescimento de 10% da receita, e vem aumentando gradualmente sua participação na receita total da Companhia.

A Companhia ampliou seu portfólio, passando a oferecer uma solução mais completa ao

cliente, com maior variedade de produtos e melhor adequação às diferentes necessidades de consumo. Com isso, a Americanas se consolida como um canal conveniente, reunindo em um único ambiente uma oferta abrangente de categorias, aliada a preços competitivos e boas condições comerciais. Ademais, o programa de fidelidade cliente a, que teve início em outubro/25, já começou a demonstrar os primeiros sinais de contribuição, à medida que o perfil de gasto e de recorrência desses clientes é maior do que um cliente não fidelizado.

O desempenho da receita líquida total da Americanas em 2025, na comparação com o ano anterior, está alinhado à decisão estratégica da Companhia de redirecionar o foco da operação digital, redimensionando o seu tamanho e estabelecendo uma nova proposta de valor centrada na omnicanalidade, que complementa a jornada do cliente nas lojas físicas a partir do que ele já conhece dentro da loja podendo retirar suas compras em poucas horas. Dessa forma, em 2025, a receita líquida do digital apresentou uma queda de 49,0% em relação ao ano anterior, ainda impactada pela redução significativa do 3P (*marketplace*), com o digital reduzindo sua participação na receita líquida total, de 7% em 2024 para 4% em 2025.

Lucro Bruto

Consolidado (R\$ MM)	4T25	4T24	2025	2024	Var(%) 4T25 x 4T24	Var(%) 2025 x 2024
Lucro Bruto	912	1.098	3.324	3.995	-16,9%	-16,8%
<i>Margem Bruta %</i>	<i>24,7%</i>	<i>28,6%</i>	<i>27,0%</i>	<i>32,1%</i>	<i>-3,9 p.p.</i>	<i>-5,1 p.p.</i>
Lucro Bruto pro forma	913	943	3.323	3.291	-3,2%	1,0%
<i>Margem Bruta pro forma %</i>	<i>24,8%</i>	<i>24,7%</i>	<i>27,0%</i>	<i>27,0%</i>	<i>+0,1 p.p.</i>	<i>0 p.p.</i>

Nota: Lucro e margem bruta proforma desconsideram efeitos extraordinários e a operação de Ame Digital, que está em processo de finalização

Em 2025, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 3,3 bilhões, queda de 16,8% em relação ao ano anterior e a margem bruta foi de 27,0% (-5,1 p.p. em relação à 2024). O lucro bruto seguiu apresentando sua comparabilidade impactada por eventos extraordinários contabilizados em 2024, que afetaram positivamente a margem daquele período. Os efeitos mais relevantes foram a recuperação extemporânea de verbas com fornecedores (VPCs) que somaram R\$447 milhões e R\$ 125 milhões de créditos extemporâneos de ICMS.

Além disso, conforme destacamos na sessão “Resumo Financeiro”, as informações financeiras da Ame Digital, que em 2024, foram registradas como ativos mantidos para a venda, conforme CPC 31. No exercício de 2025 como, ao final do período previsto pelo citado CPC, nenhuma proposta foi recebida, suas informações voltaram a ser consolidadas no resultado da Companhia. Com isso, o lucro bruto de 2024 também passou a ser impactado positivamente pelo

resultado de Ame, que nesse ano ainda teve uma receita de cerca de R\$ 135 milhões, advinda da limitação de prazo para utilização de *cashback* concedido aos clientes.

Expurgando os referidos efeitos extraordinários e o resultado de Ame, que não ocorreram em 2025, de modo a manter a comparabilidade dos exercícios, a margem bruta proforma se manteve estável em 27,0% em ambos períodos. Esse resultado decorre do trabalho contínuo, com foco na rentabilidade e na eficiência operacional, dos times comerciais para maturação das iniciativas de otimização de sortimento, *pricing*, oferta de novas fontes de receita, como crédito, seguros e serviços, e desenvolvimento e evolução de novas iniciativas de rentabilização das lojas como parcerias estratégicas para o desenvolvimento de campanhas de *advertising* nas lojas e o programa de fidelidade lançado em 2025, e que têm potencial a ser destravado.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (“SG&A”)

As despesas com SG&A em 2025, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 3,4 bilhões, representando uma redução de 18,1% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo de uma queda de 45,4% nas despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, das quais tecnologia e marketing são exemplos de despesas que contribuíram para essa otimização. Além de uma redução de 7,0% nas despesas com vendas, com contribuição da despesa de ocupação para esse resultado.

Além da melhora em termos absolutos, seguimos com uma diluição das despesas de SG&A, que representaram 27,4% da receita líquida no ano, o que corresponde à uma redução de 5,7 p.p. em comparação a 2024. As despesas gerais e administrativas, excluindo a depreciação e amortização, representaram 5,3% da receita líquida, uma queda de 4,3 p.p. em comparação ao ano anterior e as despesas com vendas representaram 22,1% da receita líquida, uma redução de 1,4 p.p., em relação a 2024.

Ademais, a Companhia continuou o processo de melhoria sequencial, que veio apresentando ao longo do ano, nas despesas de SG&A como percentual da receita líquida, excluindo depreciação e amortização, com uma redução de 0,9 p.p., quando comparamos os resultados do acumulado do ano de 2025 com o 9M25, enfatizando o comprometimento da Companhia de seguir reduzindo despesas, na busca de maior eficiência operacional.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

No ano de 2025, a rubrica “outras receitas/despesas operacionais” foi positiva em R\$ 1,2 bilhão, composta principalmente por R\$ 830 milhões referentes à créditos extemporâneos de ICMS e Pis e Cofins, R\$ 164 milhões referentes à renegociações de contratos ligados à plataforma clientes e parceiros (PCP) e TI e R\$ 160 milhões dos acordos tributários federal e estaduais.

Esse resultado representa uma redução de 35,1% em relação ao R\$ 1,8 bilhão positivo de

outras receitas operacionais registradas em 2024. Esse valor se deve majoritariamente à execução do Plano de Recuperação Judicial, cujos principais impactos foram: R\$ 938 milhões referentes ao *haircut* dos credores fornecedores com a sua adesão às opções de pagamento oferecidas no Plano de Recuperação Judicial, R\$ 110 milhões de *haircut* referentes ao programa de *stock option* e R\$ 286 milhões referentes à participação da Companhia no programa de autoregularização. Além disso, ainda em 2024, ocorreu também a reversão de uma baixa contábil de créditos extemporâneos de ICMS no valor de R\$ 502 milhões.

Reconciliação - EBITDA

O EBITDA Ajustado, que exclui as despesas e eventos relacionadas à RJ e às Investigações, em 2025, somou R\$ 1,1 bilhão positivo, representando uma melhora de R\$ 115 milhões quando comparado aos R\$ 991 milhões positivos registrados em 2024. É importante destacar que esse valor registrado em 2025 é composto por R\$ 90 milhões de despesas relacionadas à RJ, além de estar impactado positivamente por créditos extemporâneos de ICMS e PIS e Cofins, renegociações de alguns contratos com fornecedores do PCP e TI e acordos tributários federais e estaduais já detalhados na sessão de “Outras Receitas/Despesas Operacionais” acima.

Vale ressaltar também que, o EBITDA Ajustado de 2024, além de excluir as despesas relacionadas à Recuperação Judicial e às Investigações no valor de R\$ 260 milhões, também foi impactado positivamente por receitas provenientes dos *haircuts* e da adesão ao programa de autoregularização, conforme já descrito na sessão acima. Além disso, o EBITDA ajustado do período também foi impactado positivamente por eventos extraordinários operacionais, com R\$ 447 milhões de recuperação de VPC extemporâneo e R\$ 41 de créditos extemporâneos de ICMS que impactaram positivamente a margem bruta, além de 502 milhões de créditos de ICMS, conforme já detalhado na seção acima de “Outras receitas/despesas operacionais”.

O EBITDA Ajustado ex IFRS, que exclui os efeitos do IFRS 16 referentes a aluguéis, em 2025, foi de R\$ 277 milhões positivos, uma melhora de R\$ 169 milhões quando comparado com os R\$ 108 milhões positivos de 2024. Importante destacar que, excluindo os efeitos extemporâneos em ambos exercícios, a melhora do Ebitda Ajustado ex IFRS 16 foi da ordem de R\$ 400 milhões, demonstrando a continuidade do desenvolvimento operacional da Companhia, com a maturação de iniciativas de eficiência operacional e do avanço na otimização de despesas.

Conciliação EBITDA R\$ MM	Consolidado					Var(%) 4T25 x 4T24	Var(%) 2025 x 2024
	4T25	4T24	2025	2024			
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(44)	(586)	(271)	8.281	-92,5%	-	-
Prejuízo do período/exercício das operações descontinuadas	(250)	(201)	(369)	(330)	24,4%	11,8%	-
Lucro (prejuízo) das operações continuadas	206	(385)	98	8.611	-	-98,9%	-
Impostos	68	129	(69)	(4.666)	-47,3%	-98,5%	-
Depreciação e amortização	(182)	(209)	(808)	(888)	-12,8%	-9,0%	-
Resultado Financeiro	(56)	(164)	(164)	12.461	-65,9%	-	-
EBITDA	376	(141)	1.139	1.704	-	-33,2%	-
Despesas da RJ e investigação	23	78	90	260	-70,5%	-65,4%	-
Haircut dos Fornecedores	-	(27)	-	(938)	-	-	-
Impacto com Programa de Autoregularização	-	-	-	(286)	-	-	-
Impairment / baixa de ativo	(123)	361	(123)	361	-	-	-
Haircut stock options	-	-	-	(110)	-	-	-
EBITDA Ajustado	276	271	1.106	991	1,9%	11,6%	-
Pagamento de arrendamento	(201)	(215)	(828)	(883)	-6,4%	-6,2%	-
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	75	56	277	108	33,6%	156,3%	-

Resultado Financeiro

Em 2025, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$ 164 milhões. Este resultado é fruto principalmente da receita de R\$ 540 de atualização monetária referente aos acordos tributários estaduais e federal visando reduzir o passivo tributário da Companhia, que ocorreram no 6M25, e aos créditos homologados de PIS e Cofins, além da despesa de R\$ 414 milhões de juros e variações monetária e cambial relacionadas à 22ª Emissão de Debêntures da Companhia. As séries 1 e 2 estão atreladas a 128% do CDI, enquanto a série 3 está atrelada ao dólar +8,35% a.a.

O resultado financeiro do ano de 2025 não é comparável aos R\$ 12,5 bilhões positivos de 2024, que está beneficiado pelos *haircuts* dos credores com a novação da dívida no âmbito da execução do Plano de Recuperação Judicial, no valor de R\$ 12,3 bilhões, além da reversão dos juros e variação monetária de R\$ 2,9 bilhões, que incidiram sobre a dívida concursal e foram contabilizados a partir de janeiro de 2023 até o momento da novação da dívida, conforme quadro abaixo.

Estes efeitos não existiram em 2025, que já apresenta um resultado compatível com a atual estrutura de capital da Companhia.

Abertura Resultado Financeiro Consolidado - R\$ MM	Consolidado					Var (R\$) 4T25 x 4T24	Var(R\$) 2025 x 2024
	4T25	4T24	2025	2024			
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	(414)	(123)	149	3.521	(292)	(3.372)	-
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	575	410	732	427	165	305	-
Ajuste a valor presente	17	(15)	17	485	32	(468)	-
Haircut de credores financeiros	-	66	-	12.274	(66)	(12.274)	-
Outras receitas financeiras	51	11	65	42	40	23	-
Total receita financeira	228	349	963	16.749	(121)	(15.786)	-
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(128)	(354)	(414)	(2.898)	226	2.484	-
Ajuste a valor presente	(15)	-	(66)	-	(15)	(66)	-
Outras despesas financeiras	(29)	(35)	(184)	(836)	6	652	-
Despesa financeira s/arrendamento	(172)	(389)	(664)	(3.734)	217	3.070	-
Encargos de arrendamento	(112)	(125)	(463)	(554)	13	91	-
Resultado financeiro	(56)	(164)	(164)	12.461	109	(12.625)	-

Resultado líquido do exercício

Em 2025, a Companhia registrou um resultado líquido positivo das operações continuadas de R\$ 98 milhões, contra 8,6 bilhões positivos em 2024. A comparação entre os dois

exercícios está impactada por diversos efeitos decorrentes da execução do Plano de Recuperação Judicial e da quitação das dívidas concursais que ocorreu no 3T24, já descritos na sessão “Resultado Financeiro” acima. Em contrapartida aos impactos positivos no resultado advindos da execução do Plano de Recuperação Judicial, registramos como despesa a baixa do ativo diferido de Imposto de Renda, dada a utilização de prejuízos fiscais no exercício, no montante de R\$ 4,7 bilhões.

Excluindo os efeitos relacionados aos *haircuts* advindos do Plano de Recuperação Judicial do resultado de 2024, o resultado líquido de operações continuadas de 2025 apresentou melhora da ordem de R\$ 280 milhões na comparação anual.

Balanço Patrimonial – Principais Indicadores

Risco Sacado

Conforme comentamos em divulgações anteriores, em 2025 retomamos as operações em que estabelecemos acordo com instituições financeiras com o objetivo de viabilizar a liquidação antecipada com fornecedores, conhecidas como risco sacado ou “*forfait*”, frequentemente utilizadas por empresas varejistas. Esses acordos permitem que os fornecedores antecipem, por meio de instituições financeiras, o recebimento de valores faturados com até 120 dias de antecedência em relação ao vencimento das faturas, mediante um desconto financeiro. Importante destacar que os acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), sejam financeiras ou não, e que os encargos associados à antecipação são de responsabilidade dos fornecedores. Ao final de dezembro de 2025, o valor total de operações de risco sacado somava R\$ 308 milhões.

A contabilização desses acordos está em conformidade com a IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e, para ampliar a transparência, divulgamos informações sobre os termos e condições, valor contábil dos passivos, faixas das datas de vencimento dos pagamentos, informações sobre o risco de liquidez e efeitos desses acordos estão nas notas explicativas.

Endividamento

A Companhia encerrou 2025 com uma dívida bruta de R\$ 2,0 bilhões, valor integralmente referente às debêntures públicas². Conforme mencionado na divulgação anterior, a partir do 3T25, o saldo de empréstimos ou financiamentos de curto ou longo prazo da Uni.co passou a não ser mais contabilizado no endividamento da Companhia, uma vez que, conforme fato relevante

² As debêntures da 22ª emissão estão divididas em três séries, com juros pagos trimestralmente, carência de 24 meses (até 26/07/2026) e sem *covenants*. As séries são: (i) **AMERE2 (Prioritária)**: Atualizada em 128% do CDI, com vencimento em 4 anos, pagamento *bullet*, (ii) **AMERF2 (Simples)**: Atualizada em 128% do CDI, com vencimento em 5 anos, pagamento *bullet* e (iii) **AMERG2 (Simples)**: Atualizada em USD + 8,35%, com vencimento em 5 anos, pagamento *bullet*.

divulgado em 30 de setembro de 2025, a Americanas aceitou a proposta vinculante para a alienação dessa UPI, que passou a ser considerada como operação descontinuada, o que reforça a simplificação da estrutura de capital e eficiência financeira da Companhia. As disponibilidades totais da Companhia somaram R\$ 2,5 bilhões ao final do dezembro de 2025, sendo R\$ 1,1 bilhão de disponibilidades e R\$ 1,4 bilhões de recebíveis de cartões. Com isso, a Companhia apresentava uma posição de caixa e equivalentes mais recebíveis que excedia a dívida financeira em R\$ 488 milhões.

Adicionalmente, há o compromisso de quitação de dívidas com fornecedores no âmbito da Recuperação Judicial, em até 60 parcelas a partir de abril de 2024. Trazidas a valor presente, essas obrigações somam R\$ 424 milhões e estão devidamente registradas na rubrica “Fornecedores”. Também há obrigações com credores que optaram pela Opção de Reestruturação I ou pela Modalidade Geral de Pagamentos que, a valor presente, encerraram o período com o saldo de R\$ 18 milhões, contabilizados em outros passivos de longo prazo. Considerando os passivos remanescentes do Plano de Recuperação Judicial mencionados acima, o saldo de caixa líquido era de aproximadamente R\$ 46 milhões ao final de 2025.

Endividamento Consolidado - R\$ MM	Consolidado		
	2025	2024	Var(%) 2025 x 2024
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	-	49	-
Endividamento de Curto Prazo	-	49	-
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	-	17	-
Debênture de Longo Prazo	1.995	1.716	16,3%
Endividamento de Longo Prazo	1.995	1.733	15,1%
Endividamento Bruto (1)	1.995	1.782	12,0%
Disponibilidades	1.054	1.150	-8,3%
Contas a Receber de Cartões	1.429	1.632	-12,4%
Disponibilidades Totais (2)	2.483	2.782	-10,7%
Caixa (Dívida) Líquida (2) - (1)	488	1.000	-51,2%

Investimentos da Companhia em Sociedades Coligadas e Controladas

No decorrer do exercício de 2025, a Companhia, dando continuidade à execução do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), realizou movimentação nas participações societárias em algumas de suas controladas (nota 13). Essas movimentações iniciadas no exercício de 2024 foram concluídas em parte no exercício de 2025; a parte que ainda está em andamento espera o desfecho no exercício de 2026.

A Companhia retomou o processo de *market sounding* do segmento operacional fresh foods, constituindo uma subsidiária integral no início do exercício de 2026, denominada HNT Comércio Hortifrutigranjeiros S.A., para receber o acervo do então segmento operacional (vide notas 1.2, 29 e 33). Foi aceita proposta vinculante para a venda de 100% da participação

societária, incluindo a totalidade das ações e quotas, representativas do capital social e das subsidiárias diretas e indiretas, da Uni.Co S.A. O processo competitivo, mediante a apresentação de propostas dos possíveis outros interessados, está marcado em audiência a ser realizada em 25 de março de 2026 (vide notas 1.2 e 29).

O processo de venda da controlada indireta Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”) iniciado no exercício de 2024 foi concluído no início do exercício de 2026 com a autorização pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) da transferência do controle societário (nota 33).

Para a unidade de negócio, a AME Digital (“AME”) se buscou no exercício de 2024 proposta vinculante para a sua alienação. Como não houve manifestação de interessados no prazo previsto no CPC 31, a participação societária na AME voltou, no exercício de 2025, a ser classificada na rubrica de investimentos (notas 1.2 e 29).

Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos

A Companhia reafirma, por meio de sua Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos (“Política de Diversidade”), instituída em 2022, o compromisso estratégico de promover um ecossistema corporativo pautado pela diversidade, inclusão, equidade e promoção dos direitos humanos no desenvolvimento de todas as atividades, parcerias, cadeia de valor e em todas as regiões onde a Companhia está presente. Esta diretriz não apenas normatiza comportamentos internos, mas consolida a visão da organização de que a pluralidade de perspectivas é um motor essencial para a inovação, a solução de problemas complexos e a sustentabilidade do negócio a longo prazo.

A aplicação desta Política de Diversidade é mandatória e abrange desde a Alta Administração até a base de associados, estendendo-se com rigor à nossa cadeia de valor, incluindo fornecedores, parceiros e clientes. A estrutura de governança para o tema é robusta, contando com a participação de equipes multidisciplinares e o suporte direto das áreas de Compliance, Gente e Gestão e Auditoria Interna. Essa Política de Diversidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), a Companhia direciona esforços para a inclusão de grupos historicamente minoritários, como a comunidade negra, mulheres, pessoas com deficiência, público LGBTQIAP+, povos originários e refugiados. Nosso posicionamento é de tolerância zero contra qualquer forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos, incluindo o repúdio absoluto ao trabalho escravo e à exploração infantil em todas as etapas da operação. A prioridade dessa agenda é evidenciada pela adesão a pactos de relevância global e nacional, como o Pacto Global da ONU, o MOVER (Movimento pela Equidade Racial) e os Princípios de

Empoderamento Feminino da ONU Mulheres, dentre outros. Além disso, a Companhia investe continuamente em educação corporativa, com metas de capacitação que alcançam a vasta maioria de seu quadro funcional, assegurando que a cultura de inclusão seja capilarizada em todas as regiões onde atuamos.

Para assegurar a integridade desta Política de Diversidade, mantemos um Canal de Denúncias independente e sigiloso. Todas as ocorrências são integralmente apuradas pela área de Investigações e submetidas à Comissão de Ética. O descumprimento das diretrizes estabelecidas na Política de Diversidade sujeita os infratores a sanções de acordo com a Diretriz de Consequências, que podem incluir o desligamento por justa causa.

A Política de Diversidade se encontra disponível no site de RI: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/347dba24-05d2-479e-a775-2ea8677c50f2/eb5bf4c9-c0bf-9be9-4f1d-95283851a04d?origin=2>

Abaixo, estão algumas métricas, nos termos do Artigo 133, §6 da Lei 6.404/76:

I - Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia;

I e I (Proporção)	Em 31 de dezembro de 2024					Em 31 de dezembro de 2025				
NÍVEL DE CARGOS	FEMININO	MASCULINO	MULHERES CONTRATADAS	TOTAL CONTRATAÇÕES	%MULHERES CONTRATADAS	FEMININO	MASCULINO	MULHERES CONTRATADAS	TOTAL CONTRATAÇÕES	%MULHERES CONTRATADAS
Aprendiz	591	288	527	786	67%	534	301	323	545	59%
Estagio	21	21	19	39	49%	34	43	22	51	43%
Auxiliar	1.676	1.288	1.593	2.782	57%	1.797	1.299	1.724	2.965	58%
Operacional	10.967	10.298	5.776	10.950	53%	10.676	9.626	4.927	9.251	53%
Assistente	485	279	32	66	48%	340	259	39	73	53%
Supervisor/Tecnico	2.973	2.345	177	342	52%	2.262	1.720	39	79	49%
Analista	503	350	46	86	53%	435	280	46	78	59%
Coordenador	247	177	19	37	51%	250	181	16	35	46%
Gerente	1.109	835	21	58	36%	1.018	790	16	40	40%
Diretor	5	21	2	13	15%	3	17	0	3	0%
VP	0	6	0	4	0%	0	7	0	3	0%
Diretoria Estatutária	1	1	0	1	0%	0	2	0	2	0%
Conselho	3	4	2	4	50%	3	4	0	0	0%

II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia;

II e II (Proporção)	Em 31 de dezembro de 2024				Em 31 de dezembro de 2025			
NÍVEL DE CARGOS	FEMININO	MASCULINO	TOTAL HC	%MULHERES OCUPAM O CARGO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL HC	%MULHERES OCUPAM O CARGO
Diretoria Estatutária	1	1	2	50%	0	2	2	0%
Conselho	3	4	7	43%	3	4	7	43%

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia;

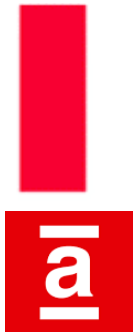
III	Em 31 de dezembro de 2025		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Bônus Eventual
NÍVEL DE CARGOS	PROPORÇÃO	PROPORÇÃO	PROPORÇÃO
Aprendiz	1,00	0,00	0,00
Estagio	0,99	0,00	0,00
Auxiliar	1,02	0,98	0,00
Operacional	0,97	0,69	0,00
Assistente	1,10	0,83	0,00
Supervisor/Tecnico	0,97	0,52	1,52
Analista	0,98	3,02	0,00
Coordenador	1,01	0,68	1,10
Gerente	0,84	0,40	0,60
Diretor	0,77	0,00	0,71
VP	0,00	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	0,00	0,00	0,00
Conselho	0,89	0,00	0,00

Nota: Os percentuais indicam a remuneração das mulheres em relação à dos homens, tendo a remuneração masculina como base.

III	Em 31 de dezembro de 2024		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Bônus Eventual
NÍVEL DE CARGOS	PROPORÇÃO	PROPORÇÃO	PROPORÇÃO
Aprendiz	0,97	0,60	0,00
Estagio	0,97	0,00	0,00
Auxiliar	1,00	1,22	0,68
Operacional	0,97	0,70	0,39
Assistente	1,04	33,27	0,82
Supervisor/Tecnico	0,98	0,72	0,84
Analista	0,95	0,70	0,71
Coordenador	0,97	0,44	1,62
Gerente	0,83	0,72	0,56
Diretor	0,87	0,00	1,27
VP	0,00	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	0,58	0,00	0,00
Conselho	0,76	0,00	0,00

Nota: Os percentuais indicam a remuneração das mulheres em relação à dos homens, tendo a remuneração masculina como base.

la



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo
em 31 de dezembro de 2025

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial**BALANÇOS PATRIMONIAIS****Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhões de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	784	1.021	879	1.129
Títulos e valores mobiliários	7	175	21	175	21
Contas a receber de clientes	8	1.444	1.674	1.467	1.796
Contas a receber - partes relacionadas	12	42	267	-	-
Estoques	9	1.843	1.860	1.850	1.899
Tributos a recuperar	10	963	1.019	1.010	1.125
Imposto de renda e contribuição social	11	19	95	35	124
Despesas antecipadas		152	111	165	130
Outros ativos circulantes		308	327	344	352
Ativos mantidos para venda	29	1.561	581	1.846	502
Total do ativo circulante		7.291	6.976	7.771	7.078
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	18	-	-	-
Tributos a recuperar	10	2.765	3.056	2.883	3.056
Imposto de renda e contribuição social	11	288	298	341	298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	74	131	74	134
Depósitos judiciais	21	731	754	739	762
Contas a receber - partes relacionadas	12	78	53	-	-
Outros ativos não circulantes		10	9	15	10
Investimentos	13	713	623	32	30
Imobilizado	14	1.458	2.016	1.464	2.045
Intangível	15	170	531	172	743
Ativo de direito de uso	16	2.758	3.293	2.758	3.309
Total do ativo não circulante		9.063	10.764	8.478	10.387
TOTAL DO ATIVO		16.354	17.740	16.249	17.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE					
Fornecedores	17	2.420	2.113	2.461	2.190
Risco sacado	18	309	49	308	49
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	49
Contas a pagar - partes relacionadas	12	237	219	-	
Salários, provisões e contribuições sociais		242	303	262	333
Tributos a recolher	20	337	631	343	647
Imposto de renda e contribuição social	11	-	-	2	15
Adiantamento recebido de clientes		11	104	32	112
Passivo de arrendamento	16	365	446	365	451
Outros passivos circulantes		241	354	287	400
Passivos associados a ativos mantidos para venda	29	333	-	604	136
Total do passivo circulante		4.495	4.219	4.664	4.382
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	17	255	338	259	341
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	17
Debêntures	19	1.995	1.716	1.995	1.716
Tributos a recolher	20	62	155	71	163
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	-	52
Provisão para processos judiciais e contingências	21	688	1.233	701	1.299
Contas a pagar - Partes relacionadas	12	77	57	-	-
Passivo de arrendamento	16	3.218	3.722	3.218	3.735
Provisão para perdas em investimentos	13	223	541	-	-
Plano de assistência médica	31	195	243	195	243
Outros passivos não circulantes		387	546	387	547
Total do passivo não circulante		7.100	8.551	6.826	8.113
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	39.891	39.891	39.891	39.891
Outros resultados abrangentes		(7)	(67)	(7)	(67)
Prejuízos acumulados		(35.125)	(34.854)	(35.125)	(34.854)
Total do patrimônio líquido		4.759	4.970	4.759	4.970
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.354	17.740	16.249	17.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	12.185	12.143	12.305	12.452
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	25	(8.886)	(8.335)	(8.981)	(8.457)
Lucro bruto		3.299	3.808	3.324	3.995
Receitas (Despesas) operacionais					
Vendas	26	(2.712)	(2.881)	(2.720)	(2.925)
Gerais e administrativas	26	(1.394)	(1.901)	(1.462)	(2.085)
Resultado de equivalência patrimonial	13	10	(1.110)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	1.159	1.780	1.189	1.831
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		362	(304)	331	816
Receitas financeiras	27	917	24.218	963	16.749
Despesas financeiras	27	(1.124)	(10.668)	(1.127)	(4.288)
Resultado financeiro		(207)	13.550	(164)	12.461
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social		155	13.246	167	13.277
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	11	-	-	(14)	(30)
Diferidos	11	(57)	(4.635)	(55)	(4.636)
Lucro do exercício das operações continuadas		98	8.611	98	8.611
Operações descontinuadas					
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	29	(369)	(330)	(369)	(330)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(271)	8.281	(271)	8.281
Lucro líquido por ação - Operações continuadas					
Básico – em R\$	28	0,67	93,61		
Diluído – em R\$	28	0,67	72,74		
Lucro líquido (Prejuízo) por ação do exercício					
Básico – em R\$	28	(1,86)	90,02		
Diluído – em R\$	28	(1,86)	69,95		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(271)	8.281	(271)	8.281
Outros resultados abrangentes				
Variação cambial de investidas no exterior	(2)	11	(2)	11
Reclassificação para o resultado por redução de capital de investidas no exterior	(4)	-	(4)	-
Perda acumulada de instrumentos de <i>hedge</i> reclassificada para o resultado	-	1.302	-	1.302
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	66	(120)	66	(120)
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado:				
No exercício	(4)	1.302	(4)	1.302
Em exercícios subsequentes	64	(109)	64	(109)
	60	1.193	60	1.193
Total dos resultados abrangentes do exercício	(211)	9.474	(211)	9.474

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)



Controladora e Consolidado					
Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Total
		Plano de subscrição de ações	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 01 de janeiro de 2024	15.430	1	115	(1.260)	(43.136)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.281	8.281
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	-	-	(120)	-	(120)
Instrumentos de <i>hedge</i> reclassificado para o resultado	-	-	1.302	-	1.302
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	11	-	11
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	1.193	8.281	9.474
Aumento de capital (nota 22)	24.461	-	-	-	24.461
Reversão da reserva do plano de opção de ações (nota 23)	-	-	(114)	-	(114)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1)	-	-	(1)
Absorção de prejuízos	-	-	(1)	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.891	-	-	(34.854)	4.970
Prejuízo do exercício	-	-	-	(271)	(271)
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	-	-	66	-	66
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	(6)	-	(6)
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	60	(271)	(211)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	39.891	-	-	(35.125)	4.759

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício das operações continuadas	98	8.611	98	8.611
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	29	(369)	(369)	(330)
Ajustes ao Lucro líquido (Prejuízo) do exercício:				
Depreciação e amortização	798	870	808	888
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	11	57	69	4.666
Juros, variações monetárias, cambiais e custo de captação	479	(2.567)	485	(2.178)
Equivalência patrimonial	13	(10)	-	-
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	21	369	387	582
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	21	(850)	(884)	(639)
Ajuste a valor presente de obrigações	49	(261)	49	(486)
Provisão (reversão) para impairment	(123)	139	(123)	185
Haircut	-	(13.119)	-	(13.119)
Outros	(184)	(449)	(265)	534
	314	(1.420)	255	(1.286)
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Contas a receber	235	672	189	431
Estoques	(212)	423	(216)	443
Tributos a recuperar	1.009	483	1.025	467
Despesas antecipadas	(44)	(41)	(43)	(53)
Depósitos judiciais	70	(136)	68	(141)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	(48)	659	91	679
	1.010	2.060	1.114	1.826
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	162	(1.859)	138	(1.862)
Risco sacado	260	49	259	49
Salários, encargos e contribuições sociais	(34)	73	(37)	57
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	(345)	(544)	(346)	(544)
Contas a receber/pagar com partes relacionadas	181	(43)	-	-
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(401)	(792)	(438)	(1.086)
	(177)	(3.116)	(424)	(3.386)
Pagamento de contingências	21	(146)	(153)	(266)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-	(2)	-	(2)
Juros pagos sobre arrendamentos	16	(463)	(463)	(523)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais das operações continuadas	538	(3.258)	325	(3.637)
Atividades operacionais das operações descontinuadas	29	147	236	55
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais das operações	685	(3.208)	561	(3.582)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários e FIDC	7	(172)	(4)	2.010
Aquisição de imobilizado e intangível	14/15	(203)	(205)	(72)
Aumento de capital em controladas	13	(55)	-	-
Caixa líquido incorporado	21	-	-	-
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de investimentos das operações continuadas	(409)	1.511	(209)	1.938
Atividades de investimentos das operações descontinuadas	29	(57)	(123)	(28)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(466)	1.468	(332)	1.910
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de debêntures e empréstimos	-	3.502	-	3.488
Liquidações de debêntures e empréstimos	(1)	(2.179)	(1)	(2.180)
Risco Sacado	-	(1.359)	-	(1.359)
Pagamentos de passivo de arrendamento	16	(365)	(365)	(360)
Aumento de capital	-	1.481	-	1.481
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento das operações continuadas	(366)	1.087	(366)	1.070
Atividade de financiamento das operações descontinuadas	29	(76)	(79)	(86)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(442)	1.017	(445)	984
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	1.021	1.129	1.758
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	784	879	1.129
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	29	14	34	(59)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	(223)	(723)	(216)	(688)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	14.521	14.274	14.753	14.738
Outras receitas	360	1.828	398	1.873
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(21)	366	(21)	367
	14.860	16.468	15.130	16.978
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(10.033)	(10.741)	(10.245)	(11.007)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.466)	(2.101)	(1.408)	(2.107)
	(11.499)	(12.842)	(11.653)	(13.114)
Valor adicionado bruto	3.361	3.626	3.477	3.864
Perda e recuperação de valores ativos	513	(190)	513	(190)
Depreciação e amortização	(798)	(870)	(808)	(888)
Valor adicionado líquido produzido	3.076	2.566	3.182	2.786
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.110)	-	-
Receitas financeiras	917	24.218	963	16.749
Valor adicionado total a distribuir	4.003	25.674	4.145	19.535
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.123	1.313	1.222	1.462
Benefícios	256	138	267	157
FGTS	107	98	120	116
	1.486	1.549	1.609	1.735
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	379	3.911	390	3.952
Estaduais	1.057	1.058	1.059	1.061
Municipais	74	80	76	84
	1.510	5.049	1.525	5.097
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	1.124	10.668	1.127	4.288
Aluguéis	154	126	155	133
Outras	-	1	-	1
	1.278	10.795	1.282	4.422
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	98	8.611	98	8.611
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(369)	(330)	(369)	(330)
	(271)	8.281	(271)	8.281
Valor total adicionado distribuído	4.003	25.674	4.145	19.535

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Do exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Informações do Grupo Americanas

A Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia" ou "Grupo") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Parte, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, Americanas Express, Hortifruti e Natural da Terra), franquias (Imaginarium e *Puket*) e publicidade (ads), além de atuar em plataformas de terceiros (*marketplace*) e programa de fidelidade, ampliando sua presença no ecossistema de varejo digital.

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 809 municípios em todas as unidades federativas do Brasil. A Companhia conta com cerca de 1.500 lojas e *e-commerce*, com aproximadamente 41 milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com aproximadamente 26 mil colaboradores à frente de toda a operação.

A Companhia possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos, tendo executado no exercício de 2024 e ao longo do exercício de 2025 passos relevantes para a equalização da sua situação financeira, nos termos do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e das subsidiárias JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação Judicial" e "PRJ" ou "Plano", respectivamente), vide nota 1.3.

1.2 Operações descontinuadas de Unidades Produtivas Isoladas ("UPIs") aprovadas no âmbito do PRJ

Como forma de levantamento de recursos para o cumprimento das obrigações do PRJ, a Companhia vem promovendo processos organizados para a alienação de algumas unidades de negócio. Abaixo destacamos as principais:

(a) Hortifruti Natural da Terra ("HNT")

A Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em 12 de agosto de 2025, informando que retomou o processo de *Market Sounding* para prospecção de interessados na aquisição da unidade de negócio HNT, conforme previsto na cláusula 7.2.1.(i) no PRJ (conforme definido abaixo). Assim, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 29.

Em continuidade à decisão, a Companhia constituiu a empresa HNT Comércio Hortifrutigranjeiros Ltda. ("HNT Hortifrutigranjeiros"), subsidiária integral da Companhia, para receber o acervo do então segmento operacional *Fresh Foods* (HNT). Os efeitos decorrentes da segregação do acervo do segmento, bem como os respectivos impactos, estão descritos na nota 33.

(b) Proposta vinculante para a alienação do acervo do Uni.co S.A. ("Uni.co")

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia divulgou Fato Relevante informando ao mercado que aceitou a proposta vinculante apresentada pela Fan Store Entretenimento S.A. ("BandUP") para a aquisição da unidade produtiva isolada composta por 100% (cem por cento) das ações de emissão da Uni.co S.A. e, consequentemente, pela totalidade do Acervo Uni.Co (conforme definido no PRJ), incluindo a totalidade das ações e quotas, conforme aplicável, representativas do capital social das subsidiárias diretas e indiretas, da Uni.Co S.A. Informações mais detalhadas sobre os termos e condições da alienação, da UPI Uni.Co (conforme definido no PRJ) estão descritas no referido Fato Relevante. Em 7 de outubro de 2025, a Companhia apresentou petição nos autos da Recuperação Judicial, informando a aceitação da proposta vinculante apresentada pela BandUP para aquisição estipulado na

melhor oferta, tendo sido publicado em 06 de fevereiro de 2026 o edital de alienação judicial da UPI Uni.Co, por meio de processo competitivo mediante a apresentação de propostas fechadas em audiência realizada em 25 de março de 2026.

O resultado da audiência pública assegurou à BandUP, em proposta única, o direito à aquisição da UPI Uni.Co, conforme informado na nota 33.

Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 29.

(c) Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Parati")

Em junho de 2024, foi assinado um contrato de compra e venda da Parati, com a Tudo Holding Financeira Ltda. ("Tudo Holding"), pelo montante de R\$ 34, cujo recebimento estava condicionado à aprovação final pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Por meio do Ofício 36.840/2025-BCB/Deorf/GTSP2PE 273440, datado de 31 de dezembro de 2025, o BACEN emitiu parecer favorável autorizando a transferência do controle societário da Parati para a Tudo Holding. O processo de alienação do investimento foi concluído em 11 de fevereiro de 2026 vide nota 33.

(d) AME Digital Instituição de Pagamento Ltda. ("AME")

A primeira unidade de negócio que se buscou proposta vinculante, em setembro de 2024, para a sua alienação foi a AME Digital ("AME"). No exercício de 2024, as informações financeiras da AME foram registradas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas na demonstração do resultado em conformidade com o CPC 31. Como no período previsto pelo citado CPC nenhuma proposta foi recebida, no exercício de 2025 as informações financeiras da AME voltaram a ser apresentadas na rubrica de investimentos, com os efeitos no consolidado como segue:

	Consolidado 31/12/2025
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	20
Impostos a recuperar	77
Imposto de renda e contribuição social	53
Depósitos judiciais	1
Imobilizado	2
Total dos Ativos reclassificados	153
Passivo	
Fornecedores	2
Salários e encargos trabalhistas	2
Outros passivos	9
Total dos Passivos reclassificados	13

1.3 Recuperação judicial

Em decorrência dos fatos divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial ("Recuperandas"), apresentaram pedido de recuperação judicial ("Recuperação Judicial"), cujo processamento foi deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial em 19 de janeiro de 2023.

Em março de 2023, foi reconhecido, pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*), o pedido de reconhecimento (*Chapter 15*) destinado à aplicação, nos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia.

Em novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma versão atualizada do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e que, após negociações, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em fevereiro de 2024. Com a homologação, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, e a Companhia ficou bloqueada para novas ações de capitalização de créditos.



Em 22 de julho de 2024, as decisões relativas ao PRJ foram reconhecidas pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque, no âmbito do *Chapter 15*, e homologadas pelo Juízo da Recuperação Judicial em 24 de julho de 2024, considerando a adesão da maioria dos credores quirografários.

O Plano de Recuperação Judicial aprovado, as medidas já executadas e os efeitos decorrentes da reestruturação estão disponíveis ao mercado por meio dos canais oficiais da Companhia, ou seja, o site de Relações com Investidores, e dos órgãos governamentais que regulam o mercado, como a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a Bolsa de Valores (“B3”).

Os credores que ainda não tiveram os seus créditos quitados nos termos do PRJ estão sendo pagos conforme os prazos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

Os credores fornecedores com créditos superiores a R\$12 mil, que não aderiram à opção de receber tal valor em pagamento dos seus créditos e que estão adimplentes com o Compromisso de Não Litigar, estão recebendo os seus créditos em 48 parcelas mensais iguais, com deságio de 50%. O pagamento de tais parcelas teve início em março de 2024 e tem conclusão prevista para 2028.

Para os credores fornecedores colaboradores, além dos pagamentos realizados ao longo de 2024, foi previsto no plano um montante adicional de aproximadamente R\$300 milhões para pagamento de tais créditos.

Os credores que optaram pela Reestruturação I terão seus créditos reduzidos em 70%, com amortização em parcela única programada para janeiro de 2039.

Aqueles credores que não escolheram nenhuma das opções anteriores ou se enquadram nas hipóteses do PRJ terão seus créditos reduzidos em 80%, com pagamento único previsto para janeiro de 2044.

Por fim, os créditos *intercompany* e os créditos dos acionistas de referência da Companhia, que não participaram do Leilão Reverso, serão quitados em parcela única em 2059, podendo, a critério exclusivo da Americanas, ser pagos mediante transferência de recursos com deságio de 95%, desde que todos os créditos concursais tenham sido liquidados.

1.4 Outras informações associadas à Recuperação Judicial

(a) Conclusão do Relatório da Investigação Independente e Apurações Internas

Em 11 de janeiro de 2023, foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente (“Comitê Independente”), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê Independente apresentou as conclusões de seu trabalho de investigação ao Conselho de Administração e à diretoria executiva. As evidências apresentadas pelo Comitê Independente confirmaram a existência de fraude contábil caracterizada, conforme já divulgado ao mercado. De acordo com as evidências, ex-diretores foram identificados como participantes, bem como outros ex- executivos da Companhia.

A conclusão da investigação do Comitê Independente não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.

Em 31 de outubro de 2024, a Companhia convocou uma assembleia geral extraordinária, que foi realizada em 11 de dezembro de 2024, ocasião em que os acionistas da Companhia, por maioria, autorizaram a propositura pela Companhia de ação de responsabilidade civil pelos prejuízos causados, nos termos do Artigo 159 da Lei nº 6.404/76, em face dos ex-diretores da Companhia, em razão de fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia ingressou com procedimento arbitral no dia 11 de março de 2025, conforme aprovado em assembleia.

Além disso, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a avaliar e a tomar, quando julgar necessário e conveniente, todas as medidas para a responsabilização civil de todos aqueles que participaram ou concorreram para a prática da fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos e não o tenham feito na qualidade de administradores da Companhia ou suas antecessoras durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios sociais anteriores.

(b) Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

Em março de 2023, a B3 iniciou um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao Fato Relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 decidiu suspender a Companhia do Novo Mercado até o cumprimento de exigências, e aplicou multas a administradores e integrantes de órgãos de assessoramento, atuais e antigos. A Companhia respeita, mas discorda das conclusões da B3, que a condenaram pela fraude, mesmo diante de um management *override of controls* não detectado pelas auditorias internas e externas.

A decisão desconsiderou provas de conformidade da Companhia com o Regulamento do Novo Mercado, e impôs uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis e seus integrantes, caracterizando responsabilidade objetiva, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, nem individual nem coletivamente. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até a manifestação da Diretoria da B3, o que ainda não ocorreu.

A Companhia possui processos de gestão de riscos e controles internos estruturados em três linhas: (i) área de negócios, responsável por monitorar seus próprios riscos; (ii) áreas como Controladoria, Riscos e Controles Internos, Compliance, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) Auditoria Interna. Conta ainda com um Comitê de Auditoria independentes e com um Conselho Fiscal.

O sistema de governança corporativa é revisado anualmente e segue as práticas de governança do Novo Mercado da B3, bem como as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Como parte de seu Programa de Integridade, a Companhia adota Código de Ética e Conduta, Canal de Denúncias terceirizado e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de compliance, e combate a corrupção. As denúncias recebidas são classificadas por empresa independente e apuradas internamente ou externamente, sob coordenação da Auditoria Interna. Até o momento, não houve impacto dessas apurações sobre as demonstrações financeiras.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas para garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, visando a colaborar com as apurações e com as autoridades envolvidas. A atual Diretoria da Companhia segue comprometida em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada em valores e princípios éticos.

A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal teve como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos para coleta de documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e Insider Trading. Importante destacar que as autoridades seguem com as investigações, tendo apresentado denúncia em face de 13 ex-executivos em março de 2025.

Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) também instaurou inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia. Em janeiro de 2026, um dos referidos inquéritos deu origem ao Processo Administrativo Sancionador CVM nº 19957.000952/2023-57 (“PAS”) no qual 30 ex-executivos foram acusados de infração a determinados dispositivos da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 08/79, da Resolução CVM nº 62/2022 e da Instrução CVM nº 476/2009, bem como no qual a Companhia foi acusada de ter infringido o caput do Artigo 10 da Instrução CVM nº 476/2009.

Atualmente, estão em curso na CVM outros três inquéritos administrativos relacionados ao Fato Relevante publicado pela Companhia em 11 de janeiro de 2023: (i) o inquérito administrativo nº 19957.017900/2024-09, que investiga possível uso indevido de informações privilegiadas na negociação de ações e/ou derivativos de emissão da Companhia (*insider trading*) tanto por pessoas físicas externas à Companhia, quanto por pessoas jurídicas; (ii) o inquérito administrativo nº 19957.000596/2026-14, que examina o cumprimento dos deveres fiduciários por membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal da Companhia e membros de seus Comitês de Assessoramento; e (iii) o inquérito administrativo nº 19957.000595/2026-70, que apura a conduta de bancos e de seus administradores com relações comerciais com a Companhia, além da atuação de intermediários e seus respectivos administradores nas emissões de valores mobiliários realizadas conforme a Instrução CVM nº 476/2009.



A Companhia continua colaborando integralmente com todas as investigações conduzidas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, atendendo diligentemente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, às quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas, a Companhia avaliará as medidas cabíveis.

(c) Alegação de Descumprimento do Plano

Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional, no valor de US\$ 10 milhões. Tais credores alegam que as Recuperandas efetuaram um pagamento a menor pois, em relação aos créditos em dólar, desconsideraram a variação cambial verificada entre 27 de março de 2024 (data da Taxa de Câmbio Conversão, conforme Cláusula 1.1.144 do Plano) e 26 de julho de 2024 (Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II).

Em 24 de outubro de 2024, as Recuperandas apresentaram sua resposta contra tal alegação, sustentando, dentre outras matérias que: (i) os credores violaram o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano, (ii) a matéria está preclusa; (iii) o Plano não prevê a indexação dos créditos em moeda estrangeira e autoriza a sua conversão para viabilizar a apuração da cascata de pagamentos para todos os eventos de reestruturação, já que os valores a serem distribuídos entre os credores nos termos do Plano foram fixados em reais.

A matéria está pendente de decisão pelo Juízo da Recuperação Judicial.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo ao final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Conselho de Administração, em 25 de março de 2026.

(a) Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo Normas Internacionais de Relatórios Financeiros emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IFRS Accounting Standards") e de acordo com as práticas



contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Em novembro de 2025, o Banco Central do Brasil autorizou o cancelamento da autorização da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. (“Ame Digital”) para operar como Instituição de Pagamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora. Em decorrência da decisão, a Ame Digital alterou sua razão social para Ame Digital Brasil Ltda., conforme alteração contratual realizada em 08 de julho de 2025. Anteriormente ao cancelamento da autorização de funcionamento, a Ame Digital adotava procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios exigidos pelo Bacen. Para fins de consolidação das demonstrações financeiras da Ame pela Companhia, estas estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“*IFRS Accounting Standards*”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional. Nesse contexto, as Recuperandas vêm cumprindo com todas as obrigações do PRJ. A Companhia e suas controladas adota medidas, dentre outras, de reavaliação constante dos custos e despesas, negociações comerciais com seus fornecedores e parceiros, reavaliação da estrutura de varejo no atendimento, medidas de contenção de caixa e de capital de giro, como fator primordial de continuidade operacional.

(b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de empresas reconhecidos por equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- (i) A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- (ii) Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- (iii) Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- (iv) Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

Transações, saldos, receitas, despesas e fluxos de caixa em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os lucros e os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 13).

(b) Ágio

O ágio decorrente de combinações de negócios não é amortizado. Ele é alocado às unidades geradoras de caixa que se beneficiam das sinergias da aquisição e é submetido ao teste anual de redução ao valor recuperável, ou mais frequentemente, se houver indicação de perda. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre o ágio são definitivas e não são revertidas.

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da contraprestação recebida e do valor justo da participação residual e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não-controladores. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data em que o controle deixa de existir é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente de acordo com a IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, quando aplicável, ou como o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

2.3 Informações por segmentos – Descontinuidade de atividades

Durante o exercício de 2025, as atividades relacionadas aos segmentos de serviços financeiros, *fresh food* e varejo *premium* estão em processo de alienação e, portanto, atenderam aos critérios do CPC 31 sendo classificadas como ativos e passivos mantidos para venda e resultado de operações descontinuadas, apresentados na nota 29,, conforme detalhado na nota 1.2. A decisão de descontinuidade está alinhada à estratégia atual da Companhia e reflete as mudanças na estrutura operacional e no foco de atuação. Com isso, o Grupo passou a concentrar suas operações em um único segmento reportável: o varejo, cujas receitas são originadas da comercialização de produtos por meio de lojas físicas e plataformas digitais. Este segmento representa substancialmente a totalidade das receitas e resultados da Companhia e é monitorado diretamente pela sua administração.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação



As demonstrações financeiras são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. Esta diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras da controlada cuja moeda funcional não seja o real são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

2.5 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins. Os saldos bancários para os quais o Grupo está sujeito a restrições contratuais de terceiros estão incluídos como títulos e valores mobiliários, a menos que as restrições resultem em um saldo bancário que não atenda mais à definição de caixa. As restrições contratuais que afetam o uso de saldos bancários estão divulgadas nas notas 6 e 7.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima.

2.6 Ativos e passivos financeiros

(a) Classificação

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(b) Reconhecimento e mensuração

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao Valor justo por meio do resultado (VJR) são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.



O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas ou despesas financeiras” no exercício em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários, classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Receitas ou despesas financeiras”.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) Impairment de ativos financeiros

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações “*forward looking*”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou probabilidade que o devedor entrará em falência, ou passará por outro tipo de reorganização financeira.



As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

(e) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo médio de aquisição está apresentado líquido das bonificações acordadas com fornecedores, quando aplicável. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, líquido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pelas respectivas provisões para perdas, obsolescência e baixo giro, a quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto a sua respectiva adequação, conforme divulgado na nota 9.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na nota 15. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os custos diretamente atribuíveis como parte da implantação, configuração e customização dos produtos de *softwares* são capitalizados somente quando é identificável, controlado e gerador de benefícios econômicos futuros. Tais custos compreendem, entre outros, gastos com empregados alocados na implantação desses *softwares* e as despesas indiretas aplicáveis na implantação. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.



O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso:

- (i) da contraprestação transferida;
- (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, quando aplicável; e
- (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”.

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico, exceto quando adquiridas em uma combinação de negócios. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzidos pela depreciação acumulada e pela perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócio, são mensurados inicialmente pelo seu valor justo na data de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado se inicia quando o ativo está pronto para o seu uso pretendido e é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 14. Os valores residuais e a vida útil estimada dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os custos dos empréstimos e debêntures, quando aplicável, tomados com o propósito de adquirir e/ou construir ativos fixos qualificáveis não são relevantes em função do pouco tempo empregado na aquisição e, portanto, não são capitalizados ao custo do bem. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil líquido do ativo e é reconhecido em “Outras despesas e receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.10 Arrendamentos

O Grupo possui contratos classificados como de arrendamento para as suas unidades comerciais, de logística e administrativas.

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato, baseado na definição de arrendamento. De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como *tablets* e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra



base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se sua taxa incremental de captação (que depende do prazo do contrato e data de início do arrendamento), exceto para os casos nos quais a taxa implícita do arrendamento for identificável.

As taxas incrementais de captação dependem do prazo e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco do Grupo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem (i) os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber; (ii) os pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início; (iii) o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual; e (iv) pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

O Grupo remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício de opções e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, conforme nota 16.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados no resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil dos ativos imobilizados e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota 17) e, em caso de componente significativo de financiamento, ajustadas a valor presente considerando o requerimento do CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente.

(a) Verbas de Propaganda Cooperada - VPC

A VPC é uma prática comum no mercado varejista, na qual a empresa estabelece acordos comerciais com fornecedores relacionados aos volumes de venda, campanhas promocionais e ações de *marketing*. Esses valores a receber geralmente são classificados como dedução dos custos operacionais das empresas.

O reconhecimento da VPC ocorre quando as obrigações condicionais para o recebimento dos acordos são cumpridas. Esses valores podem ser mensurados conforme os termos do contrato entre a Companhia e o fornecedor ou de acordo com as campanhas específicas negociadas entre as partes. Os valores da VPC são recebidos após a conclusão desses acordos. Os montantes a receber relativos à VPC são reconhecidos como deduções dos saldos de fornecedores.

2.13 Operações de risco sacado “Forfait”

As operações de risco sacado “*forfait*”, decorrem de contratos firmados pela Companhia com Instituições financeiras para a liquidação de obrigações com fornecedores. Nessa operação a Companhia transfere, à Instituição financeira, a obrigação do pagamento ao fornecedor na data do vencimento do título ou em data preestabelecida, firmada com o fornecedor, passando a Instituição financeira a ser credora da operação.

Em conformidade com a IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)), para aumentar a transparência dos acordos de financiamento com fornecedores, a Companhia divulga informações sobre os termos e condições dos acordos de financiamento com fornecedores, o valor contábil dos passivos, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos e informações sobre o risco de liquidez associado a esses acordos. Além disso, a Companhia fornece divulgações adicionais sobre os efeitos desses acordos nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez. A classificação como atividade operacional ou de financiamento é determinada com base nos seguintes critérios:

- a) Operacional: Se o acordo de financiamento de fornecedores está diretamente relacionado às operações normais da Companhia, como a compra de mercadorias ou serviços, ele é classificado como atividade operacional. Esses fluxos de caixa são parte das atividades principais da Companhia.
- b) Financiamento: Se o acordo é utilizado como uma forma de obter financiamento adicional, similar a um empréstimo, ele é classificado como atividade de financiamento. Isso ocorre quando a Companhia utiliza o acordo para melhorar sua posição de liquidez ou para financiar suas operações de maneira mais ampla.

A Companhia mantém convênios com diferentes instituições financeiras para a realização de operações de financiamento a fornecedores e avalia os termos e condições específicos de cada acordo, conforme nota 18.

2.14 Ajuste a valor presente de créditos e obrigações

De acordo com o CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente, a Companhia deve ajustar os créditos e obrigações a valor presente, quando aplicável, que corresponde ao reconhecimento dos efeitos do valor do dinheiro no tempo. Para as vendas a prazo, também em atendimento ao IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contrato com Cliente, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar do valor prometido da contraprestação se no momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou

implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato. Os demais elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes das operações de longo prazo, ou de curto prazo quando há efeitos relevantes, também, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

A Companhia reconheceu nos exercícios de 2025 e 2024 efeitos de ajuste a valor presente, em conformidade com o estabelecido no CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente, considerando as taxas de juros praticadas pelo mercado. As operações trazidas a valor presente decorrem de saldos com fornecedores (nota 17) e, saldos entre partes relacionadas (nota 12), classificados conforme definidos no Plano de Recuperação Judicial. Os valores ajustados a valor presente tiveram como contrapartida receitas e despesas financeiras, conforme apresentado na nota 27.

2.15 Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, conforme apresentado na nota 19.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas, a cada data de reporte, pelo valor presente dos desembolsos de caixa prováveis que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira, conforme apresentado na nota 21.

2.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos tributários correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos tributários diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos tributários diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos tributários diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os passivos tributários diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas e coligadas, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos tributários diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos tributários diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos tributários diferidos reflete os efeitos das práticas fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos tributários diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos tributários correntes contra os passivos tributários correntes e quando os ativos e passivos tributários diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

(c) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no resultado do exercício

A despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

A Companhia, em decorrência do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), não ofereceu nenhum novo plano de remuneração com base em ações aos seus executivos e empregados. Os contratos existentes serão pagos nos termos do PRJ conforme nota 23.

(b) Plano médico pós-aposentadoria

Conforme a legislação atual do Brasil, a Companhia oferece plano de saúde pós-aposentadoria aos seus colaboradores, garantindo aos funcionários que se aposentem ou são dispensados sem justa causa, o direito de continuar no plano com as mesmas condições de cobertura assistencial que tinham durante o período de trabalho.

Para usufruir desse benefício, os ex-funcionários precisam assumir o pagamento total do plano, incluindo a parte que era custeada pela empresa, com exceção daqueles que se aposentam por invalidez.



O custo da concessão deste benefício é determinado pelo Método de Crédito Unitário Projetado e a avaliação atuarial é realizada ao final de cada período anual de relatório, por um atuário independente. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito do teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como débito ou crédito reconhecido na demonstração do resultado abrangente no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida como outros resultados abrangentes não é reclassificada. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado quando ocorre a alteração ou redução do plano, ou quando o Grupo reconhece os correspondentes custos de reestruturação ou benefícios de rescisão, se antes. Os ganhos ou as perdas da liquidação do plano de benefício definido são reconhecidos na data de liquidação.

Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido.

Os custos de benefícios definidos são classificados em três categorias: (i) custo de serviços, incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações; (ii) despesa ou receita financeira líquida; e (iii) remensurações.

A Companhia reconhece as despesas dos serviços no resultado como despesas gerais e administrativas. As despesas ou as receitas de juros são reconhecidos como despesas ou receitas financeiras.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial consolidado representa o déficit ou superávit nos planos de benefícios definidos da Companhia. Qualquer superávit resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos, conforme apresentado na nota 31.

(c) Benefícios a empregados de curto prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

(d) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido e reconhecidas quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão (nota 22). Estes custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia recompra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Vendas de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias, quando aplicável líquida de descontos incondicionais, são realizadas à vista ou a prazo. Para as vendas à vista, os pagamentos são feitos pelos clientes por meio de dinheiro ou cartões de débito. As vendas a prazo têm o recebimento dos clientes por meio de cartões de crédito, após a aprovação eletrônica da administradora do cartão, ou por financiamento do FIDC – Crediário Americanas. O reconhecimento da receita ocorre quando a mercadoria é entregue ao cliente e é altamente provável que não haverá devolução. As vendas dos vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registradas como “Adiantamento recebido de clientes”, classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, a Companhia reconhece as receitas de comissões de vendas do *Marketplace* junto às empresas parceiras, comissões de intermediações de vendas e oferece serviços de tecnologia, transporte, intermediação na venda de produtos e serviços, dentre outros. Essas receitas são reconhecidas quando for provável que as comissões sejam devidas, os serviços foram prestados e os benefícios foram ou serão transferidos à Companhia (nota 24).

(b) Receita financeira

A receita financeira é decorrente das aplicações em títulos e outras aplicações financeiras, inclusive as de variações cambiais ativas que são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

No decorrer do exercício social de 2024, a Companhia reconheceu receitas financeiras geradas por *haircut* de credores financeiros, em conformidade com o previsto no Plano de Recuperação Judicial (nota 27).

2.21 Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Corresponde ao custo médio ponderado da aquisição das mercadorias, que quando aplicável, inclui tributos não recuperáveis na aquisição, bem como o custo com serviços prestados. São acrescidos a esse custo os gastos com frete, seguro, manuseio, demais gastos para trazer os estoques em condições de comercialização, os ajustes de inventário e a provisão para perdas e obsolescência. O custo das mercadorias vendidas é ajustado, por valores recuperados junto aos fornecedores, decorrentes de acordos comerciais por volume de compras, recomposição de margem, acordos de *marketing* entre outros. Esses ajustes são reconhecidos a medida em que os estoques que geraram o referido crédito, são comercializados (nota 25).

2.22 Resultado por ação

A Companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações da Companhia. O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício. O objetivo da informação é proporcionar a mensuração da participação de cada ação da Companhia no desempenho da entidade durante o exercício.

A Companhia também calcula as quantias relativas ao resultado diluído por ação para o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia e, se apresentado, o lucro ou o prejuízo resultante das operações continuadas (ou seja, excluído o resultado das operações descontinuadas) atribuível a esses titulares do capital próprio ordinário. Com a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Companhia ajusta o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras (nota 28).

2.23 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócios que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Os ativos e os passivos diretamente associados que atendem aos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas são apresentados na nota 29.

2.24 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, do Grupo, intermediárias e ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

2.25 Adoção de normas novas e revisadas no exercício

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2025 não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras, conforme informado abaixo:

Alteração à IAS 21 – Falta de conversibilidade

A Companhia adotou as alterações à norma IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio, emitidas pelo IASB em agosto de 2023 e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As referidas alterações introduzem orientações específicas sobre como proceder quando uma moeda deixa de ser permutável, estabelecendo critérios para determinação da permutabilidade e para a estimativa da taxa de câmbio à vista em situações de ausência de conversibilidade. Além disso, foram incluídos novos requisitos de divulgação com o objetivo de proporcionar maior transparência quanto aos efeitos financeiros decorrentes dessa condição.

O CPC 10 – Créditos de Carbono

A orientação dispõe sobre reconhecimento e mensuração de créditos de carbono e programas regulatórios correlatos.

A Companhia concluiu que não possui operações relevantes que se enquadrem nos escopos do OCPC 10, e, portanto, não houve efeitos sobre as demonstrações financeiras.

2.26 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia ainda não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. Os diretores da Companhia não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações à IFRS 7 estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.



As alterações à IFRS 9 estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG).

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciado em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas alterações.

Melhorias anuais nas normas IFRS de 2024

Efetua alterações nas normas:

- IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de *hedge*;
- IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação;
- IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação;
- IFRS 10, abordando a determinação de um “agente de fato”; e
- IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras quando da adoção destas alterações.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: (a) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (b) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (c) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da demonstração de resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18, que ainda necessitam de avaliação adicional pela Companhia da sua magnitude.

IFRS 19 – Controladas sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Esta norma, quando adotada, permitirá que as controladas elegíveis apliquem as normas IFRS com divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras individuais. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, por se tratar de controladora do Grupo.

Normas IFRS S1 e S2/ CBPS - Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima

A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para que as entidades divulguem riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam impactar seus fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio e longo prazo. Por sua vez, focado especificamente nas divulgações climáticas, a IFRS S2 exige que as entidades revelem riscos físicos e de transição climática, além de oportunidades climáticas. As entidades devem fornecer informações detalhadas sobre processos de governança, estratégias de gestão e desempenho em relação a esses riscos e oportunidades e metas climáticas, respectivamente.

A Administração está avaliando o impacto dessas normas, que serão adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2026, quando da sua entrada em vigor.

Reforma Tributária sobre o Consumo

A Emenda Constitucional nº 132 (“EC nº 132”), promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo (“Reforma Tributária”). Tem os seus efeitos iniciados parcialmente a partir do início do exercício social de 2027, com transição até o final do exercício social de 2032, quando se conclui totalmente, e passa a vigorar na plenitude a nova modalidade de tributação sobre o consumo.



A estrutura da Reforma Tributária tem como pilares duas competências, sendo o primeiro pilar de competência federal, que substituirá o PIS e COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), e o segundo pilar, que substituirá o ICMS e o ISS pelo Imposto de Bens e Serviços (“IBS”). Em complemento, a Reforma Tributária também está criando um imposto denominado Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, que alcançará a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

A CBS, a partir do início do ano calendário de 2027, será aplicada de forma integral e definitiva em substituição aos extintos PIS e COFINS. O IBS será aplicado de forma gradativa a partir de 2027, com conclusão até o final do exercício de 2032, ou seja, estará de forma integral e definitiva implantado a partir do início do exercício de 2033, em substituição aos extintos ICMS e ISS.

Considerando o estágio atual de regulamentação e implantação da Reforma Tributária, não foram identificados efeitos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 decorrentes de perdas por *impairment* dos ativos não monetários e para créditos tributários existentes. A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, trabalhando na adequação dos sistemas informatizados das áreas comercial e contábil-financeira. Mantém de forma permanente análises sobre possíveis impactos que poderão surgir ao longo do processo de implementação da nova estrutura tributária e, caso aplicável, esses impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e outros ativos não financeiros de acordo com as políticas contábeis apresentadas na nota 2.

Para a Unidade Geradora de Caixa (UGCs) de varejo físico, os ágios e outros ativos não financeiros foram avaliados para *impairment* utilizando a base em projeções de resultados futuros de cada UGC, conforme apresentado nas notas 14 e 15.

Adicionalmente, os valores recuperáveis de Unidade Geradora de Caixa (UGCs) das controladas foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que poderá ser reconhecido e considerando o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros.

As premissas para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração, conforme nota 11 (c).

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo, conforme nota 16 (c).

(d) Valor justo de instrumentos financeiros sem cotação em mercados ativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante a uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O Grupo utilizou a análise de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos (nota 5).

(e) Plano de assistência médica

O custo do plano de assistência médica envolve julgamento significativo e é determinado por meio de avaliação atuarial. A avaliação atuarial toma por base diversas premissas e projeções que resultam num cálculo o qual pode diferir dos valores reais quando apurados no futuro. As premissas correspondem a índices financeiros, estrutura demográfica, taxas de desconto, inflação médica e participação populacional de adesão ao plano. Em função do número de premissas envolvidas no cálculo atuarial associadas à natureza de longo prazo, a apuração dos valores é altamente sensível e complexa em decorrência das alterações dessas premissas que são mutáveis ao longo do tempo. O cálculo atuarial e as premissas são revisados anualmente no final do exercício social (nota 31).

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo

(a) Avaliação do modelo de negócios de ativos financeiros

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de “apenas pagamentos de principal e juros” e do teste do modelo de negócios.

O Grupo determina o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados.

(b) Provisão de perda de crédito estimada

Ao mensurar a provisão para perdas de crédito estimada, o Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da provisão e é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, conforme nota 8.

(c) Perdas estimadas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é calculada com base nas perdas estimadas, baseada no histórico da Companhia, para perdas entre a data do último inventário físico até o final do exercício, bem como na venda esperada de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda.



A provisão para itens com venda esperada abaixo do preço de aquisição é estimada com base no valor realizável líquido das mercadorias. Caso a mercadoria esteja registrada por um valor maior que o respectivo preço de venda, é realizada a provisão na proporção da margem negativa de cada produto. O saldo dos estoques é apresentado líquido desta provisão, conforme nota 9.

(d) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado na experiência da administração e em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia as mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 14 e 15).

(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(f) Ativos e passivos contingentes

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e imobiliários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, trabalhistas, cíveis e imobiliárias cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios (nota 21).

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício.

(g) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro – IFRIC 23 (ICPC 22)

No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no IFRIC 23 (ICPC22) – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de riscos financeiros

4.1 Fatores de riscos financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. Tais riscos são constantemente monitorados pela Administração. Quando considerado que a contratação de instrumentos derivativos para proteção desses riscos é aplicável, e as condições de mercado permitem, o tema é discutido e supervisionado pelo Conselho de Administração, quando então é feita a avaliação das estratégias.

(a) Riscos de Mercado

(i) Risco cambial

A Companhia emitiu debêntures conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries, sendo que uma destas possui atualização monetária vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui dívidas com atualização expostas à variação cambial.

Análise de sensibilidade

A Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual de US\$ em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		31/12/2025		Efeito no resultado			Consolidado
		Moeda estrangeira	Reais	Cenário I Provável 2026 (i)	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹	
USD	Debêntures	(32)	(174)	-	(44)	(88)	
	Impacto no resultado			-	(44)	(88)	
Premissas adotadas:		31/12/2025		Provável (i)	+25%	+50%	
	USD		5,50	5,50	6,88	8,25	

(i) Taxa anual estimada do dólar em 31 de dezembro de 2026, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(ii) Risco da taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Como parte do plano de liquidação dos eventos previstos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI.

Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		31/12/2025		Cenário I Provável 2026 ¹	Cenário II (+25%) (i)	Cenário III (+50%) ¹	Consolidado
	Equivalentes de caixa	684		(19)	2	23	
CDI	Títulos e valores mobiliários	175		(5)	1	6	
	Debêntures	(1.821)		50	(5)	(61)	
	Impacto no resultado			26	(2)	(32)	
Premissas adotadas:		31/12/2025		Provável (i)	+25%	+50%	
	CDI		14,90	12,15	15,19	18,23	

(i) Taxa anual estimada de juros em 2026, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro, cartões de débito ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco.

O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato:

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	2.461	26	171	62
Risco sacado	308	-	-	-
Debêntures	-	-	1.995	-
Arrendamentos a pagar	365	328	952	1.938
Opção I e default (i)	-	-	-	19
				2.720
				308
				1.995
				3.583
				19

(i) O saldo das dívidas decorrentes do Plano de Recuperação Judicial não foi considerado na análise de sensibilidade, uma vez que as taxas já foram definidas no plano.

4.2 Gestão de Capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. O monitoramento do endividamento do Grupo é realizado através da avaliação da Dívida Líquida e EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

	Nota	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros						
Mensurados pelo custo amortizado						
Equivalentes de caixa	6	-	627	795	684	874
Contas a receber de clientes	8	-	1.444	1.674	1.467	1.796
Contas a receber - partes relacionadas	12	-	120	320	-	-
Títulos e valores mobiliários - FIDC	7	-	18	-	-	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	7	Nível 2	175	21	175	21
Passivos financeiros						
Mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	17	-	2.675	2.451	2.720	2.531
Risco sacado	18	-	309	49	308	49
Empréstimos e financiamentos e debêntures	19	-	1.995	1.716	1.995	1.782
Contas a pagar - partes relacionadas	12	-	314	276	-	-
Arrendamentos a pagar	16	-	3.583	4.168	3.583	4.186
Opção I e default			19	13	19	13

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	157	226	195	255
Certificados de Depósito Bancário – CDBs (i)	473	795	530	874
Compromissadas (ii)	154	-	154	-
	784	1.021	879	1.129

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 101 % do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.
- (ii) As operações compromissadas classificadas como equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, utilizadas na gestão de caixa da Companhia.

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (i)	175	21	175	21
Cotas FIDC's (a)	18	-	-	-
	193	21	175	21
Parcela do circulante	175	21	175	21
Parcela do não circulante	18	-	-	-

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa média de 101% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos para um prazo superior a 1 ano, motivo pela qual estão classificados no ativo circulante.

(a) Cotas FIDC's

A Companhia opera com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC's com o objetivo principal de antecipar pagamentos a fornecedores através de operações de Risco Sacado e para conceder prazos de pagamentos diferenciados a clientes, com o programa de Parcelamento da Americanas (Parcela A), através da aquisição de direitos creditórios, conforme disposto nos regulamentos.

Ambos os fundos foram constituídos sob a forma de condomínio fechado e a titularidade das cotas subordinadas é de 100% da Companhia.

Os fundos listados a seguir se enquadram na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM 175.

FIDC's	Quantidade de Cotas	Participação no Patrimônio Líquido	Valor das Cotas (expresso em Reais)	Saldo em 31.12.2025
FIDC Colombo	7.000	100%	1.094	8
FIDC Credciário Americanas	9.962	100%	1.020	10

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Administradoras de cartões de créditos (i)	1.429	1.624	1.429	1.632
Demais contas a receber	27	69	67	195
	1.456	1.693	1.496	1.827
Provisão de perda de crédito estimada	(12)	(19)	(29)	(31)
	1.444	1.674	1.467	1.796

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.440	1.669	1.463	1.788
Vencidos:				
até a 60 dias	4	5	4	8
mais de 180 dias	12	19	29	31
	1.456	1.693	1.496	1.827

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	(19)	(26)	(31)	(43)
Adições	(20)	(10)	(29)	(13)
Reversões	27	17	28	19
(-) Reclassificados para mantidos para venda	-	-	5	6
(+) Reclassificados de mantidos para venda	-	-	(2)	-
Saldo final em 31 de dezembro	(12)	(19)	(29)	(31)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	2.313	2.214	2.320	2.253
Suprimentos e embalagens	18	38	18	38
Mercadoria de terceiros	-	12	-	12
Provisão para perdas na realização dos estoques (i)	(488)	(404)	(488)	(404)
	1.843	1.860	1.850	1.899

(i) A provisão para perdas nos estoques tem a seguinte base de cálculo: (a) Para as mercadorias com custo maior do que o preço de venda (margem negativa) e os itens em obsolescência e giro lento pela diferença entre o custo de aquisição e o preço ajustado ao seu valor realizável, líquido das despesas necessárias para a sua comercialização; (b) pelas perdas históricas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	(404)	(694)	(404)	(694)
Adições/Reversão	(87)	287	(87)	287
Reclassificação para mantido para venda	3	3	3	3
Saldo final em 31 de dezembro	(488)	(404)	(488)	(404)

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.956	2.133	1.969	2.148
PIS e COFINS	1.767	1.928	1.912	2.018
Outros	5	14	12	15
	3.728	4.075	3.893	4.181
Parcela do circulante	963	1.019	1.010	1.125
Parcela do não circulante	2.765	3.056	2.883	3.056

O montante de impostos a recuperar, registrados nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A realizar:				
2025	-	1.019	-	1.125
2026	963	944	1.010	944
2027	934	940	940	940
2028 em diante	1.831	1.172	1.943	1.172
	3.728	4.075	3.893	4.181

Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.

(a) Ressarcimento de créditos de PIS e COFINS

A Companhia recebeu, em junho de 2025, comunicado sobre despacho decisório da Receita Federal do Brasil “RFB”, que deferiu parcialmente os pedidos de ressarcimento, interpostos pela Companhia nos exercícios de 2016 e 2017, de créditos de PIS e COFINS vinculados a receitas não tributadas na venda de produtos relacionados à Lei 11.196/2005, conhecida como Lei do bem. Os créditos concedidos têm por base êxito em ação judicial, transitada em julgado, por decisão do Supremo Tribunal de Justiça “STJ”, com manifestação favorável do Supremo Tribunal Federal “STF”. Como consequência do despacho decisório, a Companhia reconheceu no resultado do exercício, em contrapartida ao ativo, o montante líquido de R\$ 47, referente aos créditos homologados.

(b) Exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia, após análise jurídico-tributária e acompanhamento de decisões judiciais recentes, especialmente o julgamento favorável do Tema Repetitivo nº 1.125 pelo STJ, passou a reconhecer o direito à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia reconheceu créditos tributários no montante de R\$ 516, relativos aos períodos de janeiro/2003 a dezembro/2025 abrangidos pelas ações judiciais, dos quais R\$ 237 referem-se à atualização monetária.

11. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	305	374	357	399
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	2	19	19	23
	307	393	376	422
Parcela do circulante	19	95	35	124
Parcela do não circulante	288	298	341	298
Passivo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	2	11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	-	4
	-	-	2	15

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	155	13.246	167	13.277
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(53)	(4.504)	(57)	(4.514)
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	3	(377)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	(159)	182	(175)	(223)
Despesas indedutíveis	152	64	163	71
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(57)	(4.635)	(69)	(4.666)
Corrente	-	-	(14)	(30)
Diferido	(57)	(4.635)	(55)	(4.636)
Alíquota efetiva	37%	35%	41%	35%

(c) Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora					
	Aumento/(Redução)					
	01/01/2024	No resultado	Reclassificação para mantido para venda	31/12/2024	No resultado	31/12/2025
Prejuízos fiscais e bases negativas	9.662	(4.640)	104	5.126	1.319	6.445
Reversão de créditos fiscais constituídos	(4.853)	5	(147)	(4.995)	(1.376)	(6.371)
Diferenças temporárias:						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	514	(76)	25	463	(170)	293
Provisão para perda de estoques e contas a receber	713	(485)	20	248	31	279
Ajustes a valor presente	3	(3)	-	-	-	-
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	209	31	(22)	218	1	219
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	11	-	75	(16)	59
Outras adições (i)	517	(53)	-	464	(395)	69
Reversão de créditos fiscais de diferenças temporárias	(1.545)	784	(46)	(807)	376	(431)
Total ativo fiscal diferido	5.284	(4.426)	(66)	792	(230)	562
Ajustes a valor presente	-	(271)	3	(268)	77	(191)
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível	(231)	31	18	(182)	39	(143)
Variação cambial de empréstimos	(106)	106	-	-	-	-
Outras exclusões (ii)	(138)	(75)	2	(211)	57	(154)
Total (passivo) fiscal diferido	(475)	(209)	23	(661)	173	(488)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	4.809	(4.635)	(43)	131	(57)	74

	Consolidado						
	Aumento/(Redução)						
	01/01/2024	No resultado	Reclassificação para mantido para venda	31/12/2024	Reclassificação para mantido para venda	No resultado	31/12/2025
Prejuízos fiscais e bases negativas	10.350	(5.173)	96	5.273	(9)	1.701	6.965
Reversão de créditos fiscais constituídos	(5.530)	542	(147)	(5.135)	-	(1.756)	(6.891)
Diferenças temporárias:							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	527	(75)	25	477	-	(169)	308
Provisão para perda de estoques e contas a receber	922	(686)	20	256	-	27	283
Ajustes a valor presente	3	(3)	-	-	-	-	-
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	209	31	(22)	218	-	1	219
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	11	-	75	-	(16)	59
Outras adições (i)	519	(52)	-	467	-	(398)	69
Reversão de créditos fiscais de diferenças temporárias	(1.760)	889	6	(865)	-	132	(733)
Total ativo fiscal diferido	5.304	(4.516)	(22)	766	(9)	(478)	279
Créditos extemporâneos	(10)	10	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos	(52)	(190)	(49)	(291)	56	327	92
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível	(229)	29	18	(182)	-	39	(143)
Variação cambial de empréstimos	(105)	105	-	-	-	-	-
Outras exclusões (ii)	(139)	(74)	2	(211)	-	57	(154)
Total (passivo) fiscal diferido	(535)	(120)	(29)	(684)	56	423	(205)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	4.769	(4.636)	(51)	82	47	(55)	74

(i) Adições temporárias referentes a provisões de *impairment*.

(ii) Exclusões temporárias referentes aos ajustes do CPC 47, IFRS 15 e ágio.

(iii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência das negociações em andamento com órgãos fiscalizadores, considerando o estabelecido nos requisitos e condições das leis vigentes, que visa resolver litígios relacionados à cobrança de débitos de natureza tributária, os quais poderão ser utilizados como forma de pagamento de parte da dívida a ser negociada durante o ano de 2026.

(d) **Movimentação dos tributos diferidos líquidos**

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro 2024	4.809	4.769
Utilização diferido no <i>haircut</i> da Recuperação Judicial	(4.553)	(4.553)
Utilização diferido no programa de Autorregularização	(205)	(205)
Utilização diferido no programa Litígio Zero	(1)	(1)
Constituição complementar – Transação PGFN	124	124
Reclassificação para mantido para venda	(43)	(52)
Saldo final em 31 de dezembro 2024	131	82
Constituição complementar – Transação PGFN	7	7
Utilização diferido na transação PGFN (i)	(138)	(138)
Constituição de saldo a ser utilizado em processo tributários (i)	74	74
Reclassificação para mantido para venda	-	49
Saldo final em 31 de dezembro 2025	74	74

- (i) A Companhia constituiu, nos exercícios de 2025 e 2024, imposto de renda e contribuição social diferidos específicos para a conversão em créditos fiscais a serem utilizados como moeda para a liquidação de passivos fiscais junto a órgãos fiscalizadores, considerando o estabelecido nos requisitos e condições das leis vigentes, que visam resolver litígios relacionados à cobrança de débitos de natureza tributária. No exercício de 2025, foi constituído o montante de R\$ 74 (controladora e consolidado) a ser utilizado no exercício social de 2026. O montante de R\$ 138 (controladora e consolidado) (nota 21) constituído no exercício de 2024 foi utilizado na equalização de débitos fiscais realizados em 2025.

12. Transações com partes relacionadas

Controladora										
31/12/2025										
	Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado	
Operações com controladas diretas e indiretas:	Contas a receber	Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Receita	Custo/despesa Resultado (AVP)
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação										
Ame Digital (i)	6	-	-	-	111	752	(745)	7	-	- 1
BIT Services (ii)	20	-	-	-	4	-	-	-	-	(106) -
Supernow	-	-	-	-	10	-	-	-	-	- -
Serviços de Transporte										
Click Rodo (iii)	7	6	-	6	34	91	(91)	-	-	(266) -
Transação Mercantil										
ST Importações (iv)	5	84	(84)	-	71	80	(79)	1	-	(367) -
Outras transações										
Demais Contas a receber	4	1	-	1	7	-	-	-	-	- -
Debêntures										
B2W LUX (v)	-	3.389	(3.355)	34	-	3.220	(3.187)	33	-	- (1)
JSM Global (v)	-	3.602	(3.565)	37	-	3.460	(3.424)	36	-	- (1)
TOTAL	42	7.082	(7.004)	78	237	7.603	(7.526)	77	-	(739) (1)
Antecipação de Fornecedores										
FIDC Colombo (vi)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	- -
TOTAL	42	7.082	(7.004)	78	238	7.603	(7.526)	77	-	(739) (1)

O Grupo Americanas atua predominantemente no segmento de varejo, podendo realizar transações com partes relacionadas, controladas diretas ou indiretas, com empresas dos seus acionistas e com membros-chave da Administração. Essas transações abrangem, principalmente, a aquisição de mercadorias para revenda, bem como o aluguel de imóveis destinados às plataformas de varejo físico e digital. Tais transações são conduzidas em conformidade com as diretrizes internas do Grupo, em condições normais de mercado, sem distinção em relação às negociações com outros fornecedores.

- (i) Os valores de contas a receber e/ou a pagar junto à Ame Digital referem-se, substancialmente, a comissões decorrentes de vendas realizadas por meio da plataforma de *marketplace* da Controladora, operações de mútuo e a reembolsos de despesas compartilhadas.
- (ii) Os saldos compreendem transações de reembolso de despesas da controlada BIT Services.
- (iii) As transações com a Click compreendem despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolsos de despesas compartilhadas. Adicionalmente, conforme 15ª Alteração do Contrato Social da Click – Rodo Entregas Ltda. (“Click Rodo”), realizada em 17 de dezembro de 2025, os administradores aprovaram o aumento de capital da sociedade no valor R\$ 196, reduzindo o montante a receber com a controlada.
- (iv) Os saldos referem-se à aquisição de mercadorias importadas da controlada ST Importações, bem como os saldos registrados no QGC e aos valores a receber decorrentes do pagamento da dívida pela controladora.
- (v) Os saldos apresentados referem-se a operações financeiras intragrupo cujos instrumentos foram novados no âmbito do PJR, passando a ser tratados como créditos e obrigações sujeitos aos termos do referido Plano.
- (vi) O saldo compreende o montante de risco sacado formado entre a controladora e o FIDC Colombo para antecipação de crédito com fornecedores. Informações adicionais sobre a operação estão apresentadas na nota 7.

	Controladora										
	31/12/2024										
	Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado		
Operações com controladas diretas e indiretas:	Contas a receber	Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Receita	Custo/Despesa	Resultado (AVP)
Serviços de tecnologia, fintech e intermediação											
Ame Digital (i)	8	-	-	-	76	752	(746)	6	7	(2)	746
BIT Services (ii)	23	-	-	-	4	-	-	-	-	(109)	-
Supernow	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte											
Click Rodo (iii)	220	-	-	-	44	91	(91)	-	-	(304)	91
Transação Mercantil											
ST Importações (iv)	-	84	(84)	-	76	80	(80)	-	-	(474)	(4)
Outras transações											
Demais Contas a receber	16	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-
Debêntures											
B2W LUX	-	3.389	(3.363)	26	-	3.220	(3.195)	25	-	-	(168)
JSM Global	-	3.601	(3.574)	27	-	3.458	(3.433)	25	-	-	(141)
Debêntures – DIP	-	-	-	-	-	178	(177)	1	-	-	177
TOTAL	267	7.074	(7.021)	53	219	7.779	(7.722)	57	7	(889)	701

- (i) Os valores de contas a receber/(pagar) com a Ame Digital, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora, mútuo e reembolso de despesas compartilhadas.
- (ii) Os saldos compreendem transações de reembolso de despesas da controlada BIT Services.
- (iii) As transações com a Click compreendem despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolsos de despesas compartilhadas.
- (iv) Os saldos referem-se à aquisição de mercadorias importadas da controlada ST Importações, bem como os saldos registrados no QGC e aos valores a receber decorrentes do pagamento da dívida pela controladora.

13. Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Redução de capital	Transferência de (para) mantidos para vendas	Incorporação	Outros (v)	Saldos em 31/12/2025
Ame Holding	-	(18)	-	-	(130)	566	-	-	418
ST Importações	176	11	-	-	-	-	-	-	187
Submarino Finance (ii)	96	5	-	-	-	-	(101)	-	-
Louise Holdings	76	-	-	(9)	(11)	-	-	-	56
Uní.co S.A. (iii)	181	-	55	-	-	(205)	-	(31)	-
Americanas Local S.A. (i)	21	(9)	-	-	-	-	(12)	-	-
BWU Comércio e Entretenimento	21	(1)	-	-	-	-	-	-	20
Digital Finance (i)	18	1	-	-	-	-	(19)	-	-
Extrafruti	10	-	-	-	-	-	-	2	12
B2W Rental (i)	4	-	-	-	-	-	(4)	-	-
Outros	20	-	-	-	-	-	-	-	20
Total de investimentos	623	(11)	55	(9)	(141)	361	(136)	(29)	713
Mesa – Express (ii)	(172)	12	-	-	-	-	101	-	(59)
Click – Rodo Entregas Ltda. (iv)	(223)	11	196	-	-	-	-	-	(16)
SuperNow	(56)	(7)	-	-	-	-	-	-	(63)
Klanil Services	(57)	-	-	7	(7)	-	-	-	(57)
Bit Services	(29)	6	-	-	-	-	-	-	(23)
Americanas Lux	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)
B2W Lux	(2)	(1)	-	-	-	-	-	-	(3)
JSM Global	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos	(541)	21	196	7	(7)	-	101	-	(223)
Total	82	10	251	(2)	(148)	361	(35)	(29)	490

- (i) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 foi aprovada a incorporação, pela Companhia, dos acervos líquidos das subsidiárias integrais, Americanas Local S.A. no montante de R\$ 19, Digital Finance Promotora Ltda. no montante de R\$ 18 e B2W Rental S.A. no montante de R\$ 5, totalizando os acervos incorporados o montante de R\$ 42. As incorporações tiveram como base laudos de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, emitido por perito independente, e contemplam as movimentações patrimoniais realizadas pelas incorporadas da data base dos laudos de avaliação até a data efetiva incorporação, ou seja, 29 de abril de 2025. Com isso, o montante incorporado importou em R\$ 36. Por serem controladas integrais, as incorporações não produziram qualquer efeito no capital social ou patrimônio líquido da Companhia.
- (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária da Mesa Express Serviço de Informação na Internet S.A. (“Mesa-Express”), realizada em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada a incorporação do acervo líquido total, no montante de R\$ 101, vertidos da Submarino Finance. As incorporações estão suportadas pelo laudo de avaliação elaborado por empresa avaliadora independente, na data base de dezembro de 2025, e protocolo e justificação de Incorporação. A Incorporação resultou em um aumento de capital de R\$ 101 na Mesa-Express, além de gerar sinergia entre as partes e, também, permitir a redução do número de entidades empresariais que compõem o Grupo econômico.
- (iii) Em Assembleia Geral Extraordinária do Grupo Uní.co S.A., subsidiária integral da Companhia, realizada em 19 de agosto de 2025, foi aprovado o aumento de capital da subsidiária no montante de R\$ 55. O aporte de capital tem por objetivo liquidar passivos financeiros da subsidiária e controladas da subsidiária.
- (iv) Conforme 15ª Alteração do Contrato Social da Click – Rodo Entregas Ltda. (“Click Rodo”), realizada em 17 de dezembro de 2025, os administradores aprovaram o aumento de capital da sociedade no valor R\$ 196.
- (v) Referente a equivalência das empresas em operação descontinuada.



	Saldos em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Outros resultados abrangentes	Transferência para provisão de perdas	Transferido de (para) mantidos para venda	Incorporação	Impairment	Outros (viii)	Saldos em 31/12/2024
Ame Holding	1.291	1	-	-	-	-	(581)	-	-	(711)	-
JSM Global	280	(587)	-	-	306	1	-	-	-	-	-
B2W Lux	189	(459)	-	-	268	2	-	-	-	-	-
Uni.co S.A.	198	33	-	1	-	-	-	-	(51)	-	181
ST Importações (vi)	108	33	-	-	-	-	-	35	-	-	176
Submarino Finance	91	5	-	-	-	-	-	-	-	-	96
Louise Holdings	72	(16)	-	20	-	-	-	-	-	-	76
QSM Distribuidora e Logística (vi)	38	(3)	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-
Americanas Local S.A.	30	(10)	-	-	-	-	-	-	-	1	21
BWU Comércio e Entretenimento	22	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Digital Finance (vii)	14	-	-	-	-	-	-	4	-	-	18
Extrafruti	9	2	-	-	-	-	-	-	-	(1)	10
B2W Rental	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Freijó Administração e Participações Ltda.(vii)	4	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-
Americanas Lux	-	(1)	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Outros	21	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Total de investimentos	2.371	(1.004)	-	21	574	4	(581)	-	(51)	(711)	623
Mesa- express	(169)	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(172)
Click - Rodo Entregas Ltda	(140)	(83)	-	-	-	-	-	-	-	-	(223)
SuperNow	(62)	6	-	-	-	-	-	-	-	-	(56)
Klanil Services	(37)	(10)	-	(10)	-	-	-	-	-	-	(57)
Bit Services	(24)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)
Skoob	(3)	(2)	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Americanas Lux	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
B2W Lux	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
JSM Global	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos	(435)	(97)	5	(10)	-	(4)	-	-	-	-	(541)
Total	1.936	(1.101)	5	11	574	-	(581)	-	(51)	(711)	82

(vi) Conforme 25ª Alteração do Contrato Social da ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“ST Importações”), realizada em 02 de dezembro de 2024, os cotistas aprovaram a incorporação do acervo líquido, no montante de R\$ 35, vertido da QSM Distribuidora e Logística Ltda. A incorporação está suportada por laudo de avaliação elaborado por empresa avaliadora independente, na data base de 30 de setembro de 2024 e, Protocolo e Justificação de Incorporação. A Incorporação resultou em aumento de capital de R\$ 35 na ST Importações além de gerar sinergia entre as partes e, também, permitir a redução do número de entidades empresariais que compreendem o Grupo econômico. A ST Importações sucederá a incorporada em todos os seus direitos e obrigações.

(vii) Conforme 5ª Alteração do Contrato Social da Digital Finance Promotora Ltda. (“Digital Finance”), realizada em 02 de dezembro de 2024, os cotistas aprovaram a incorporação do acervo líquido total, no montante de R\$ 4, vertidos da Freijó Administração e Participações Ltda. As incorporações estão suportadas por laudos de avaliação elaborados por empresa avaliadora independente, na data base de 30 de setembro de 2024 e, Protocolos e Justificação de Incorporação. As Incorporações resultaram em aumento de capital de R\$ 4 na Digital Finance além de gerar sinergia entre as partes e, também, permitir a redução do número de entidades empresariais que compreendem o Grupo econômico. A Digital Finance sucederá as incorporadas em todos os seus direitos e obrigações.

(viii) O valor apresentado em “Outros” refere-se à reclassificação dos impactos da RJ entre a AME e a Americanas S.A.- Em recuperação Judicial.

(b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do Grupo:

(i) ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Com sede localizada na cidade de São José, Santa Catarina, tem por objeto social a importação, exportação, armazenamento e comércio de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos, acessórios de carros, ferramentas, peças de assistência técnica, produtos de utilidade doméstica, brinquedos, brindes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, representação comercial e assessoria empresarial. É controlada diretamente pela Americanas – Em recuperação judicial e suas operações consistem substancialmente na importação de mercadorias para revenda para a sua Controladora.

(ii) Uni.co S.A. (controlada direta) – Reclassificado para mantido para venda

O Grupo Uni.co é especializado na gestão de marcas de varejo com forte identidade e apelo emocional. Seu portfólio inclui marcas como Imaginarium, Puket, MinD e LoveBrands, atuando nos segmentos de presentes criativos, moda e decoração. Com presença nacional por meio de franquias, *e-commerces* e pontos multimarcas. Em setembro de 2025 a Companhia aceitou proposta vinculante para a venda de 100% (cem por cento) do capital votante do acervo da UPI Uni.co e correspondentes subsidiárias diretas e indiretas, conforme previsto no PRJ aprovado perante a 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, na forma da Lei nº 11.101/2005. Em decorrência da decisão, as operações do Uni.co estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide notas 1.2 e 29.

(iii) AME Holding (controlada direta)

A AME Holding possui substancialmente duas subsidiárias: a Ame Digital Brasil Ltda. e Parati – Crédito, Financiamento e Investimento S.A..

A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. “Ame Digital”, constituída em 31 de julho de 2019, obteve em 2022 autorização do BACEN para operar como instituição de pagamento, emitindo moeda eletrônica pré-paga. Em 03 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União a aprovação do pedido de cancelamento da autorização de funcionamento da AME Digital. A decisão foi motivada pela alteração do objeto social da empresa, que implicou na sua descaracterização como instituição de pagamento, conforme previsto na regulamentação vigente.

A Parati – Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., autorizada a funcionar pelo BACEN, iniciou suas atividades no ano de 1998, com foco em operações de crédito pessoal consignado. Atualmente opera também na modalidade de empréstimo sem consignação, por intermédio de correspondentes bancários, possibilitando atender clientes em diversos estados brasileiros. Em julho de 1999 a Parati obteve aprovação do BACEN para sua atuação como entidade regulada e fiscalizada por esta entidade.

Em junho de 2024, foi celebrado contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Holding Financeira Ltda. (“Tudo Holding”), no montante de R\$ 34. A partir dessa data, as operações da Parati estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas (nota 29). Em 31 de dezembro de 2025, o BACEN emitiu parecer favorável à transferência do controle societário da Parati para a Tudo Holding cujo processo foi concluído em 11 de fevereiro de 2026 vide notas 1.2 e 33.

(iv) B2W LUX S. à. R.L – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(v) JSM Global S. à. r. l. – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(vi) Click – Rodo Entregas Ltda. (controlada direta)

Com sede localizada no município de Cajamar, Estado de São Paulo, adquirida em 2013, é uma sociedade limitada controlada diretamente pela Americanas S.A. – Em recuperação judicial e tem por atividade a prestação de serviços de organização logística e transporte rodoviário de cargas em geral.

(vii) HNT Comércio Hortifrutigranjeiros Ltda. (controlada direta)

Subsidiária integral da Companhia, constituído com o objeto social de comércio de hortifrutigranjeiros. A proposta de constituição da sociedade teve por propósito receber o acervo do então segmento operacional *Fresh Foods* (HNT), conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Os efeitos decorrentes da operação estão descritos nas notas 1.2 (a) e 33 (a).

(c) Informações sobre investimentos

31 de dezembro de 2025						
	% Participação	Ativo total	Passivo total	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
ST Importações	100	237	50	39	187	11
BIT Services	100	34	57	210	(23)	6
Digital Finance	100	-	-	4	-	1
B2W Rental	99,96	-	-	39	-	(1)
Mesa – Express	99,99	104	163	241	(59)	12
Supernow	100	14	76	150	(62)	(7)
B2W Digital Lux	100	34	36	-	(2)	(1)
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	22	2	30	20	(1)
JSM Global	100	35	37	-	(2)	-
Louise Holding	100	57	-	57	57	-
Klanil Services	100	1	59	73	(58)	-
Uni.co S. A	100	281	128	173	153	(31)
HNT Hortifrutigranjeiros	100	-	-	-	-	-
Ame Holding	99,99	398	17	1.760	381	(18)
Americanas Lux	100	-	1	-	(1)	-
Click – Rodo Entregas LTDA.	100	58	73	253	(15)	11
Controladas indiretas						
Ame Digital	100	394	(27)	2.431	421	11
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	-
Ecolivery Couriers	100	-	-	1	-	-
Eco Logística	100	-	-	1	-	-
Cheyney Financial	100	-	59	45	(59)	-
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
ST Global Sourcing H	100	21	14	1	7	5
Uni.co Comércio	100	170	45	227	125	14
Imaginarium Franchising	100	6	5	1	1	1
IMB Têxtil	100	170	75	71	95	31
Mone gestão de franquias e participações	100	41	25	11	16	34
Parati	100	173	143	10	30	14
Coligada						
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	115	71	14	44	21

31 de dezembro de 2024

	% Participação	Ativo total	Passivo total	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
Americanas Local S.A	100	22	2	203	21	(10)
Submarino Finance	100	95	(1)	12	96	5
ST Importações	100	234	58	39	176	33
BIT Services	100	21	50	210	(29)	(5)
Digital Finance	100	19	1	4	18	-
B2W Rental	99,96	4	-	39	4	-
Mesa - Express	99,99	2	174	140	(172)	(3)
Supernow	100	15	71	38	(56)	6
B2W Digital Lux	100	24	26	-	(2)	(459)
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	23	2	30	21	(1)
JSMS	100	-	-	-	-	(2)
JSM Global	100	26	27	-	(1)	(587)
Louise Holdings	100	76	-	684	76	(16)
Klanil Services	100	9	66	90	(57)	(10)
Uni.co S.A	100	362	233	118	130	33
Skoob	100	-	-	-	-	(2)
Ame Holding	100	519	17	1.890	502	33
Americanas Lux	100	-	1	-	(1)	(1)
Click - Rodo Entregas Ltda.	100	73	296	57	(223)	(83)
Controladas indiretas						
Ame Digital	100	562	22	2.561	540	29
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	5
Ecolivery Courriers	100	-	1	-	(1)	-
Courriers Transportes	100	1	-	-	1	-
Eco Logística	100	-	-	-	-	-
BIT Capital	100	1	6	74	(5)	-
Cheyney Financial	100	-	67	51	(67)	(10)
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	3	7	36	(4)	(4)
Nexoos do Brasil Gestão de Ativo	100	-	3	-	(3)	-
ST Global Sourcing H	100	3	-	1	3	1
ST (Shenzhen)	100	-	-	1	-	-
Americanas Delivery Tecnologia	100	1	34	21	(33)	(14)
Uni.co Comércio	100	155	99	172	56	21
Imaginarium Franchising	100	6	6	1	-	(1)
IMB Têxtil	100	160	93	30	67	37
Mone Gestão de Franquias e participações	100	45	15	11	30	30
Parati	100	89	74	10	15	2
Uni.co Hong Kong	100	-	-	20	-	(5)
Coligada						
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	115	71	14	44	21

14. Imobilizado

(a) Composição

Custo histórico e depreciação acumulada:

Controladora					
31/12/2025					
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	217	(81)	-	136
Instalações e móveis e utensílios	10%	876	(717)	-	159
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.902	(1.623)	-	279
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.549	(1.665)	-	884
Total		5.544	(4.086)	-	1.458

	Controladora				
	31/12/2024				
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações e móveis e utensílios	10%	956	(701)	(15)	240
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.152	(1.489)	(306)	357
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.991	(1.723)	(45)	1.223
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Outros	10%	38	-	-	38
Total		6.373	(3.985)	(372)	2.016

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(81)	-	137
Instalações e móveis e utensílios	10%	880	(721)	-	159
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.953	(1.670)	-	283
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.552	(1.667)	-	885
Outros	10%	8	(8)	-	-
Total		5.611	(4.147)	-	1.464

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações e móveis e utensílios	10%	973	(710)	(15)	248
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.211	(1.521)	(306)	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.981	(1.717)	(45)	1.219
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Outros	10%	92	(56)	-	36
Total		6.493	(4.076)	(372)	2.045

(b) Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Reversão de Perdas por Impairment

A Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados, por Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), para determinar a necessidade de reconhecer redução do saldo contábil ao valor recuperável.

Em 2024, a Companhia reconheceu redução ao valor recuperável de ativos imobilizados vinculados à UGC de varejo digital em função da identificação de indícios de perda de valor e desempenho operacional na recuperação do valor contábil desses ativos. Para 2025, em decorrência da decisão da descontinuidade das operações relacionadas ao segmento varejo digital, todas as atividades anteriormente alocadas a essa UGC foram descontinuadas e os ativos correlatos integralmente integrados às operações

do segmento de varejo físico, que passou a constituir única UGC e segmento reportável mantido pela Companhia. Essa mudança estratégica implicou na reavaliação do valor recuperável dessa única UGC.

Como resultado dessa avaliação em 2025, a Administração identificou que não existiam mais circunstâncias que indicassem perda no valor recuperável dos ativos imobilizados que haviam sido anteriormente ajustados por *Impairment*, uma vez que os ativos passaram a ser plenamente utilizados nas operações mantidas pela Companhia com perspectivas de geração de benefícios econômicos futuros, bem como evidências de geração de fluxos de caixa futuros suficientes para suportar a reversão total da perda recuperável registrada em exercícios anteriores.

Dessa forma, no exercício de 2025, foi reconhecida a reversão total das perdas por *Impairment* anteriormente contabilizadas, refletida no resultado do exercício na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, no montante de R\$ 123, líquido da depreciação.

Teste de Recuperabilidade da Unidade Geradora de Caixa Varejo Físico

O Valor recuperável do segmento de varejo físico como unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto antes dos impostos de 15,10% ao ano (2024: 14,74% ao ano) baseada no custo médio ponderado de capital (“WACC”).

As principais premissas usadas pela Administração na determinação dos orçamentos financeiros para o período inicial de cinco anos são: taxas projetadas de crescimento das vendas; taxa de desconto, taxa de Inflação e outras premissas que incluem vendas e margens operacionais que são baseadas em experiências anteriores, levando em consideração o efeito de mudanças conhecidas ou prováveis no mercado ou nas condições operacionais.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram projetados com base em uma taxa de crescimento anual constante, correspondente à inflação estimada de longo prazo, de 3,5% (3,6% em 31 de dezembro de 2024) ao ano. A Administração estima uma taxa de crescimento média de 9,6% com base no desempenho passado da UGC e nas expectativas de desenvolvimento do mercado.

(c) Movimentação

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldo em 01/01/2025	Aquisições	Baixas	Depreciação	Provisão/ Reversão de impairment	Outros (i)	Mantidos para venda	Saldo em 31/12/2025
Terrenos e edificações	140	-	(1)	(9)	6	-	-	136
Instalações e móveis e utensílios	240	3	(1)	(68)	15	20	(50)	159
Máquinas e equipamentos de informática	357	49	(1)	(276)	306	(57)	(99)	279
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.223	38	(144)	(98)	45	89	(269)	884
Obras em andamento	18	-	(13)	-	-	-	(5)	-
Outros	38	-	-	-	-	(38)	-	-
Total	2.016	90	(160)	(451)	372	14	(423)	1.458

(i) O saldo decorre, principalmente, das incorporações realizadas ao longo do exercício, conforme detalhado na nota 13, bem como de determinadas reclassificações entre linhas.

	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	Reversão de impairment	Mantidos para venda	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e edificações	148	-	-	(8)	-	-	140
Instalações e móveis e utensílios	270	7	-	(50)	13	-	240
Máquinas e equipamentos de informática	387	43	-	(77)	4	-	357
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.468	24	(152)	(119)	2	-	1.223
Obras em andamento	12	6	-	-	-	-	18
Outros	29	-	(9)	18	-	-	38
Total	2.314	80	(161)	(236)	19	-	2.016

	Saldo em 01/01/2025	Aquisições	Baixas	Depreciação	Provisão/ Reversão de impairment	Transferências	Mantidos para venda	Saldo em 31/12/2025
Terrenos e edificações	140	-	-	(9)	6	-	-	137
Instalações e móveis e utensílios	248	3	(1)	(69)	15	17	(54)	159
Máquinas e equipamentos de informática	384	50	(2)	(281)	306	(75)	(99)	283
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	1.219	38	(144)	(98)	45	94	(269)	885
Obras em andamento	18	-	(13)	-	-	-	(5)	-
Outros	36	-	-	-	-	(36)	-	-
Total	2.045	91	(160)	(457)	372	-	(427)	1.464

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo de depreciação acumulada em benfeitorias em imóveis de terceiros inclui baixas de depreciação no montante de R\$ 144 (R\$ 138 em 31 de dezembro de 2024). Este valor está relacionado à baixa do custo das lojas encerradas.

	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	Reversão de impairment	Mantidos para venda	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e edificações	148	-	-	(8)	-	-	140
Instalações e móveis e utensílios	281	7	-	(53)	13	-	248
Máquinas e equipamentos de informática	421	44	-	(82)	4	(3)	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.482	24	(166)	(123)	2	-	1.219
Obras em andamento	12	6	-	-	-	-	18
Outros	37	1	(14)	12	-	-	36
Total	2.381	82	(180)	(254)	19	(3)	2.045

(d) Bens dados em Garantia

A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R\$ 12 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2024). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

15. Intangível

(a) Composição

Custo histórico e amortização acumulada:

Controladora				
31/12/2025				
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment
Ágio	Indefinida	172	-	(172)
Direito de uso de <i>software</i>	20%	210	(40)	-
Outros	8% a 20%	35	(35)	-
Total		417	(75)	(172)

Controladora				
31/12/2024				
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(2.092)
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.505	(4.026)	(2.423)
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(171)
Outros	8% a 20%	72	(66)	(6)
Total		9.369	(4.146)	(4.692)

Consolidado				
31/12/2025				
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment
Ágio	Indefinida	485	(9)	(476)
Direito de uso de <i>software</i>	20%	263	(64)	(27)
Marcas e patentes	Indefinida	-	-	-
Outros	8% a 20%	36	(36)	-
Total		784	(109)	(503)

Consolidado				
31/12/2024				
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment
Ágio	Indefinida	3.204	(63)	(3.090)
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.578	(4.082)	(2.440)
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(246)
Outros	Diversas	121	(85)	(6)
Total		10.760	(4.235)	(5.782)

(b) Movimentação

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Controladora						
	Saldo em 01/01/2025	Aquisições	Baixas	Amortização	Provisão de impairment	Saldo em 31/12/2025
Direito de uso de <i>software</i>	56	146	-	(22)	-	170
Marcas e patentes	475	-	-	-	-	-
Total	531	146	-	(22)	-	170

Controladora						
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	Provisão de impairment	Saldo em 31/12/2024
Ágio em aquisições de investimentos	159	-	-	-	(159)	-
Direito de uso de <i>software</i>	85	34	-	(63)	-	56
Marcas e patentes	645	-	-	-	(170)	475
Outros	1	-	-	(1)	-	-
Total	890	34	-	(64)	(329)	531

Consolidado							
	Saldo em 01/01/2025	Aquisições	Baixas	Amortização	Reversão de impairment	Mantidos para venda	Saldo em 31/12/2025
Ágio em aquisições de investimentos	51	-	-	-	-	(51)	-
Direito de uso de <i>software</i>	56	147	-	(21)	-	(10)	172
Marcas e patentes	606	-	(1)	(5)	-	(643)	-
Outros	30	-	-	-	-	(30)	-
Total	743	147	(1)	(26)	-	(704)	172

Consolidado						
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2024
Ágio em aquisições de investimentos	276	-	-	-	(210)	51
Direito de uso de <i>software</i>	87	36	(5)	(67)	5	56
Marcas e patentes	776	-	-	-	(170)	606
Outros	40	-	(5)	(5)	-	30
Total	1.179	36	(10)	(72)	(375)	743

Companhia realizou a baixa de determinadas licenças, ágio de empresas já alienadas, bem como alguns ativos intangíveis gerados internamente, compostos por desenvolvimentos relacionados à antiga UGC Digital. Tais ativos encontravam-se integralmente amortizados ou, quando aplicável, com perdas por *impairment* reconhecidas em sua totalidade. Em função disso, a baixa dos ativos intangíveis não gerou impactos no resultado do exercício de 2025.

(c) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia realiza, anualmente, a avaliação de recuperabilidade dos ágios registrados em aquisições, com o objetivo de identificar a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável, em conformidade com o CPC 01 (R1) / IAS 36.

Consolidado 31/12/2025				
Empresa Adquirida	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Líquido
BIT Services	265	(9)	(256)	-
BWU	173	-	(173)	-
SuperNow	28	-	(28)	-
Click Rodo	19	-	(19)	-
Outros	-	-	-	-
	485	(9)	(476)	-

Consolidado 31/12/2024				
Empresa Adquirida	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Líquido
Hortigil Hortifruti S.A.	1.614	-	(1.614)	-
Bit Services	265	(9)	(256)	-
Uni.co S.A. (i)	258	-	(207)	51
BWU	173	-	(173)	-
Super Now	28	-	(28)	-
Click Rodo	19	-	(19)	-
Outros	847	(54)	(793)	-
	3.204	(63)	(3.090)	51

- (i) A Companhia, dando continuidade ao processo de recuperação judicial, iniciou o processo de vendas do Uni.co e retomou o processo de *Market Sounding* para prospecção de interessados na aquisição da unidade de negócio HNT (notas 1.2 e 29). Com isso, o saldo de ágio líquido de *Impairment*, no montante de R\$ 51, foi reclassificado para ativos mantidos para a venda e, em função da proposta vinculante recebida para a venda da Uni.co S.A. a Companhia concluiu que o ágio remanescente de R\$ 51 relacionado a essa operação não era recuperável e, portanto, baixado no resultado do exercício na rubrica de operações descontinuadas.

16. Ativos e Passivos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui 1.452 contratos de locação (1.770 contratos de locação em 31 de dezembro de 2024) para as suas unidades comerciais, de logística e administrativas. Esses contratos de locação, em sua maioria, preveem pagamentos de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou valor mínimo. A obrigação mensal do Grupo é o de pagar o maior valor entre ambos, na periodicidade estipulada em cada contrato de arrendamento (usualmente mensal). Foram enquadrados como passivo de arrendamento, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 as parcelas dos contratos definidas como aluguel mínimo.

As parcelas definidas como aluguéis variáveis continuam sendo reconhecidas, por competência, como despesa de vendas, juntamente com os demais contratos de aluguel de curto prazo. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

(a) Direito de uso de imóveis

Direito de uso de imóveis	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
	6.126	(3.368)	2.758	3.293
	6.126	(3.368)	2.758	3.293

Direito de uso de imóveis

			Consolidado
			31/12/2024
	31/12/2025		
Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
6.132	(3.374)	2.758	3.309
6.132	(3.374)	2.758	3.309

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1° de janeiro	3.293	4.037	3.309	4.085
Adições	8	98	8	102
Baixas	(186)	(166)	(187)	(200)
Remensurações	404	(132)	409	(132)
Depreciação	(511)	(544)	(515)	(546)
Reclassificação para mantido para venda	(250)	-	(266)	-
Saldo final em 31 de dezembro	2.758	3.293	2.758	3.309

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos a pagar	6.343	7.397	6.343	7.417
Juros a apropriar	(2.760)	(3.229)	(2.760)	(3.231)
	3.583	4.168	3.583	4.186
Parcela do circulante	365	446	365	451
Parcela do não circulante	3.218	3.722	3.218	3.735

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1° de janeiro	4.168	4.915	4.186	4.966
Adições	8	98	8	102
Baixas	(251)	(203)	(252)	(237)
Pagamentos	(939)	(982)	(944)	(988)
Juros apropriados	498	554	500	555
Remensurações	391	(214)	396	(212)
Reclassificação para mantido para venda	(292)	-	(311)	-
Saldo final em 31 de dezembro	3.583	4.168	3.583	4.186

A seguir é apresentado o montante do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Valor nominal	Saldo ajustado a valor presente	Valor nominal	Saldo ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	6.343	3.583	7.397	4.168
PIS/COFINS potencial (9,25%)	587	331	684	386
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Valor nominal	Saldo ajustado a valor presente	Valor nominal	Saldo ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	6.343	3.583	7.417	4.186
PIS/COFINS potencial (9,25%)	587	331	686	387

(c) Informações adicionais

Para cálculo dos valores do ativo de direito de uso de imóveis e do passivo de arrendamento, o Grupo utilizou a taxa de juros incremental nominal para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos.

Conforme requerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, o Grupo efetuou o recálculo, utilizando as mesmas bases, descontando o fluxo real de pagamentos a valor presente utilizando a taxa de juros incremental real.

Apresentamos abaixo os efeitos apurados considerando-se as metodologias de cálculo praticadas pelo Grupo e a exigida pelo Ofício-Circular informado acima:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento				
Taxa nominal	3.583	4.168	3.583	4.186
Taxa real	4.379	4.883	4.379	4.901
	796	715	796	715
Ativo de direito de uso				
Taxa nominal	2.758	3.293	2.758	3.309
Taxa real	3.661	4.121	3.661	4.137
	903	828	903	828
Despesa financeira				
Taxa nominal	(498)	(554)	(500)	(555)
Taxa real	(366)	(403)	(368)	(405)
	132	151	132	150
Despesa de depreciação				
Taxa nominal	(511)	(544)	(515)	(546)
Taxa real	(631)	(636)	(635)	(640)
	(120)	(92)	(120)	(94)

(d) Comparação entre a taxa real e a taxa nominal

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Taxa nominal (i)	17,98%	16,23%
Taxa real (i)	12,48%	11,37%
Diferença	(5,50%)	(4,85%)

(i) Média das taxas de desconto utilizadas em cada exercício.

(e) Informações sobre aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas variáveis de aluguéis, condomínios e outras relacionadas aos contratos totalizaram R\$ 189 no consolidado (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2024). Os compromissos futuros variáveis, tomando-se por base os contratos existentes em 31 de dezembro de 2025, com reajuste na proporção de 4,05% (IPCA projetado para de 2026) oriundos destes contratos de locação, sem efeito das renegociações de contratos são assim distribuídos:

	2026	2027	2028	2029	2030 em diante
Consolidado	197	204	211	219	226
IPCA	4,05%	3,80%	3,50%	3,50%	3,50%

(f) Transações não envolvendo caixa

As adições dos contratos de locação das unidades comerciais, de logística e administrativas, ocorridas no exercício de 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 8 na controladora e consolidado (R\$ 98 na controladora e R\$ 102 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), foram financiadas por novos arrendamentos.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros (i)	2.349	2.062	2.390	2.136
Acordos comerciais (ii)	(94)	(101)	(94)	(101)
Fornecedores da recuperação judicial	558	690	563	698
Ajuste a valor presente – recuperação judicial	(138)	(200)	(139)	(202)
	2.675	2.451	2.720	2.531
Parcela do circulante	2.420	2.113	2.461	2.190
Parcela do não circulante	255	338	259	341

(i) Incluem, além de fornecedores de bens e serviços, valores a pagar referentes a aluguéis variáveis. Esses aluguéis são mensurados com base na receita de cada loja e possuem periodicidade de pagamento variável, podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme os termos de cada contrato. Abaixo apresentamos os débitos e prazo de pagamento por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação Judicial;

(ii) Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações ocorrem por meio de compensação com créditos de VPC, de modo que o pagamento aos fornecedores é efetuado pelo valor líquido;

Abaixo apresentamos os débitos e prazo de pagamento por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação Judicial:

Categoria dos fornecedores	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Opção de reestruturação I	11	10
Opção default	77	88
Créditos fornecedores de tecnologia	94	91
Credores fornecedores colaboradores	381	509
	563	698
Ajuste a valor presente	(139)	(202)
	424	496
Parcela do circulante	165	155
Parcela do não circulante	259	341

A Administração apurou que o valor contábil das contas a pagar não difere do seu valor justo.

18. Risco sacado

Com o objetivo de facilitar o acesso a crédito junto aos fornecedores, a Companhia firmou acordos de financiamento com instituições financeiras que permitem aos fornecedores receberem antecipadamente o pagamento de suas faturas em até 120 dias antes dos respectivos vencimentos.

(a) Termos e condições do acordo de financiamento de fornecedores

A Companhia mantém convênios com diferentes instituições financeiras para a realização de operações de financiamento de fornecedores. O limite total disponível para contratação nessas operações é de R\$ 467 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2024), com prazos vinculados à liquidação das respectivas obrigações comerciais.

A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante efetivamente utilizado representa aproximadamente 13% do saldo total de contas a pagar a fornecedores de mercadorias (2% em 31 de dezembro de 2024). Os contratos preveem, em caso de inadimplemento, a aplicação de multa de 2% sobre o saldo devedor, além de juros de mora de 1% ao mês.

Além dos termos e condições mencionados, alguns contratos estabelecem a constituição de garantias específicas, como recebíveis de cartão de crédito e Certificados de Depósito Bancário (CDBs) vinculados à operação. A Companhia declara que não há ônus

sobre os créditos cedidos e que os pagamentos não poderão ser realizados por outros meios que não a liquidação formalizada pela instituição financeira.

Os contratos podem ser rescindidos em caso de inadimplemento, alteração no controle acionário da Companhia ou outras condições previstas nos respectivos instrumentos contratuais.

Estes acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), financeiros ou não financeiros e/ou de vencimento antecipado.

(b) Valor contábil dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operação de risco sacado	309	49	308	49
Total	309	49	308	49

(c) Intervalo do prazo médio de pagamento das operações de acordos de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis

	Vencimento em dias	
	Controladora	Consolidado
Operações de risco sacado	60-120	60-120
Contas a pagar que não fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores	30-180	30-180

A Companhia não está exposta a risco significativo de liquidez, uma vez que os acordos de financiamento com fornecedores envolvem um número restrito de passivos e não existem alterações nos prazos e valores originais de pagamentos, não impactando a gestão de capital de giro da Companhia.

19. Debêntures

(a) Composição e características da emissão

Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, em oferta pública, no valor inicial total de R\$ 1.638, distribuída em três séries. A Escritura de Emissão contém cláusulas restritivas usuais para esse tipo de operação, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida em determinadas situações de inadimplemento. Não há cláusulas de atingimento ou manutenção de índices financeiros (*covenants* financeiros) associadas a essa emissão.

As principais condições da 22ª emissão estão resumidas a seguir:

	Encargos Financeiros	Quantidade de Títulos	Tipo de emissão	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
22ª Emissão - AMER E2 - 1ª Série	128% do CDI	12.442.937	Pública	1.214	1.024	1.214	1.024
22ª Emissão - AMER F2 - 2ª Série	128% do CDI	4.827.464	Pública	607	511	607	511
22ª Emissão - AMER G2 - 3ª Série	PTAX + 8,35%	1.404.158	Pública	174	181	174	181
				1.995	1.716	1.995	1.716

(b) Remuneração, carência e capitalização dos juros

As debêntures possuem prazo de carência de 24 meses, até julho de 2026, durante o qual os juros remuneratórios são capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário das debêntures da primeira e segunda séries e ao Valor Nominal Unitário Atualizado das debêntures da terceira série. Após o término da carência, os juros passam a ser pagos trimestralmente, com primeiro pagamento previsto para 26 de outubro de 2026, conforme a 22ª Escritura de Emissão.

(c) Amortização e vencimento

O principal das debêntures será liquidado em parcela única (*bullet*), com vencimento em 26 de julho de 2028, no caso da primeira série, e em 26 de julho de 2029, no caso da segunda e terceira séries. A Escritura de Emissão prevê, ainda, a realização de Amortização Extraordinária Obrigatória nas hipóteses de alienação total ou parcial das UPLs Definidas e/ou de quaisquer Pontos Comerciais HNT.

(d) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.716	15.005	1.716	7.634
Captação	-	3.502	-	3.502
Amortização de principal (i)	(1)	(24)	(1)	(24)
Pagamento de juros	-	(2)	-	(2)
Encargos financeiros	280	1.093	280	619
Custo com captações	-	10	-	10
Reestruturação da dívida (ii)	-	(17.868)	-	(10.023)
Saldo final em 31 de dezembro	1.995	1.716	1.995	1.716

(i) Em dezembro de 2025, a Companhia registrou amortização extraordinária no montante de R\$ 1, decorrente da alienação de um dos pontos comerciais do HNT, a qual resultou na redução do saldo da respectiva emissão.

(ii) Em 2024, dando continuidade à execução do PRJ, a Companhia procedeu a reestruturação da sua dívida financeira, o que resultou na redução substancial do saldo. Os detalhes das movimentações dos credores financeiros estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

20. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i)	204	540	206	548
Imposto sobre Serviços (ISS)	5	11	5	13
PIS e COFINS	-	-	-	2
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	4	3	5	5
Tributos parcelados (ii)	174	223	184	232
Outros	12	9	14	10
	399	786	414	810
Parcela do circulante	337	631	343	647
Parcela do não circulante	62	155	71	163

(i) Inclui baixa do DIFAL referente ao exercício de 2022 da importância de R\$ 388, reconhecida a crédito no resultado do exercício de 2025, referente à modulação dos efeitos do Tema 1.266 do STF, que afastou a exigência de alíquota nas operações interestaduais destinadas a consumidor final para contribuintes que possuíam ação judicial em curso.

(ii) Parcelamentos gerados em decorrência de acordos com Órgãos Federais (RFB - Autorregulização e PGFN) e Órgãos Estaduais (PGE-RS e AGE-MG).

21. Provisão para processos judiciais, contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos, conduzidos pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas em andamento, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de apólices de seguro, depósitos judiciais ou cartas de fiança bancária no montante de R\$ 1.210, conforme o caso.

Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de

encerramento dos processos judiciais. Em função da recuperação judicial, a Companhia entende que não terá a expectativa de pagamentos de contingências na ótica de curto prazo, portanto, o saldo está refletido todo no longo prazo.

Além das provisões mencionadas a Companhia está contestando o pagamento de certos tributos, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais.

(a) Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	590	577	591	580
Trabalhistas	28	69	33	74
Cíveis	75	82	76	83
Imobiliário	38	26	39	25
	731	754	739	762

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	577	69	82	26	754
Adições	31	4	5	9	49
Atualizações/Reversões	50	(41)	(12)	3	-
Pagamentos	(68)	(4)	-	-	(72)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	590	28	75	38	731

	Controladora				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	576	15	29	3	623
Adições	16	53	58	26	153
Atualizações/Reversões	(15)	4	(5)	(3)	(19)
Pagamentos	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	577	69	82	26	754

	Consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	580	74	83	25	762
Adições	32	5	6	10	53
Atualizações/Reversões	50	(42)	(13)	4	(1)
Pagamentos	(69)	(4)	-	-	(73)
Reclassificados de (para) mantidos para venda	(2)	-	-	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	591	33	76	39	739

	Consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	583	15	29	3	630
Adições	16	58	58	25	157
Atualizações/Reversões	(19)	4	(4)	(3)	(22)
Pagamentos	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	580	74	83	25	762

(b) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	224	754	226	789
Cíveis	67	47	68	48
Trabalhistas	169	214	179	244
Imobiliário	228	218	228	218
	688	1.233	701	1.299

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário
Saldos em 1º de janeiro de 2025	754	214	47	218
Adições	111	180	27	51
Atualizações/Reversões	(583)	(148)	-	(29)
Pagamentos	(52)	(75)	(7)	(12)
Reclassificados como mantidos para venda	(6)	(2)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	224	169	67	228

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.072	232	23	249
Adições	157	211	66	135
Atualizações/Reversões	(435)	(71)	(8)	(141)
Pagamentos	(40)	(158)	(34)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	754	214	47	218

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário
Saldos em 1º de janeiro de 2025	789	244	48	218
Adições	112	185	30	60
Atualizações/Reversões	(592)	(171)	(1)	(34)
Pagamentos	(52)	(77)	(9)	(16)
Reclassificados como mantidos para venda	(31)	(2)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	226	179	68	228

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.133	266	23	249
Adições	158	219	69	136
Atualizações/Reversões	(462)	(77)	(8)	(141)
Pagamentos	(40)	(164)	(36)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	789	244	48	218

Tributárias

A partir dos débitos transacionados através dos acordos com Órgãos Federais (RFB e PGFN) e Órgãos Estaduais (PGE-RS, AGE-MG e PERC-PE), os principais processos tributários do Grupo decorrem de (i) crédito tributário de ICMS constituído em razão de operações realizadas com fornecedores que vieram a ser declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em momento posterior à realização das operações comerciais e (ii) créditos tributários relacionados à cobrança de IPI, decorrentes de questionamentos da Receita Federal quanto ao tratamento jurídico-fiscal conferido a determinadas operações de importação, em razão da equiparação de empresa do Grupo a estabelecimento industrial, nos termos do artigo 9º, inciso IX, do Decreto nº 7.212/2010 ("RIPI").

Trabalhistas

A Companhia também é parte em ações judiciais individuais e coletivas de natureza trabalhista, sendo que as discussões envolvem principalmente jornada, diferenças salariais, entre outros.

Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores e fornecedores.

Imobiliário

A Companhia também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. As discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

(c) Equalização de débitos fiscais firmados no exercício

A Companhia celebrou, ao longo de 2025, diversos acordos com autoridades fiscais federais e estaduais. Destacam-se, entre eles, os firmados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), a Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (“PGE-RS”), a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”) e a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco (“SFPE”) (“Acordos”).

Essas adesões ocorreram no âmbito de programas instituídos por tais órgãos, com o objetivo de regularizar débitos fiscais existentes. Os Acordos geram benefícios econômicos relevantes para a Companhia, considerando que a continuidade das discussões implicaria custos significativos relacionados à manutenção de garantias judiciais, honorários advocatícios e demais despesas associadas ao contencioso. Abaixo apresentamos síntese dos “Acordos” firmados:

(i) Acordo firmado com a PGFN – O Acordo foi celebrado nos termos da Lei nº 13.988/2022, regulamentada pela Portaria PGFN nº 6.757/2022, e abrange os débitos inscritos em dívida ativa e ajuizados até a data de consolidação, em 30 de junho de 2025, incluindo débitos de natureza previdenciária e não previdenciária.

(ii) Acordo firmado com a PGE-RS – A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação II, nos termos da Lei Estadual nº 16.241/2024, regulamentada pelo Decreto nº 57.844/2024, com o objetivo de regularizar débitos fiscais inscritos em dívida ativa do Estado, abrangendo, preponderantemente, débitos de ICMS por Substituição Tributária (“ST”) e o diferencial de alíquota de ICMS (“DIFAL”).

(iii) Acordo firmado com a AGE-MG – A Companhia aderiu ao Plano de Regularização do Estado de MG, nos termos da Lei Estadual nº 24.612/2023, regulamentada pelo Decreto nº 48.997/2025, com o objetivo de regularizar débitos fiscais inscritos em dívida ativa do Estado, abrangendo, preponderantemente, débitos de ICMS objeto de ações judiciais, bem como o refinanciamento de débitos anteriormente parcelados junto ao Estado.

(iv) Acordo firmado com a SEFAZ-PE – A Companhia aderiu ao Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários e Não Tributários (PERC), instituído pela Lei Complementar nº 563/2025, que permite a regularização de débitos mediante redução de multas e juros e condições especiais de parcelamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esses acordos geraram um ganho antes do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 238 (controladora e consolidado) registrado nas rubricas de outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro. Abaixo apresentamos os efeitos financeiros dos acordos:

Órgãos	Débito total	Depósitos judiciais(i)	Desconto	Líquido a pagar	Termos de pagamento		Montante liquidado no exercício	Saldo a pagar em 31/12/2025
					Créditos fiscais(ii)	Caixa(iii)		
PGFN	864	(77)	(525)	262	138	124	262	-
PGE-RS	47	(10)	(23)	14	-	14	8	6
AGE-MG	262	-	(151)	111	-	111	58	53
PERC-PE	39	-	(26)	13	12	1	13	-
Demais órgãos(iv)	20	-	(14)	6	-	6	6	-
	1.232	(87)	(739)	406	150	256	347	59

- (i) Depósitos judiciais integrantes dos processos judicializados. Aguardam manifestação dos Órgãos beneficiários para conversão em renda destes.
- (ii) Créditos decorrentes de Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (PGFN) e créditos fiscais de ICMS (PERC-PE)
- (iii) Para a PGFN e PERC-PE, pagos em parcela única em julho e dezembro de 2025 respectivamente. Para a PGE-RS e AGE-MG pagamento em 12 parcelas atualizadas pela Selic, a partir de junho de 2025
- (iv) A Companhia celebrou acordos a fim de equacionar débitos fiscais de menor valor expressivo com autoridades fazendárias dos Estados de TO, PB e BA.

(d) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza possível no montante de R\$ 10.400 (R\$ 9.421 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 10.834 no consolidado (R\$ 9.803 em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como “perdas possíveis”, sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Data base 31 de dezembro de 2025	Valor estimado
Glosa ou contestação de crédito tributário	
Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica.	817
Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976	
Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação.	2.634
PIS e COFINS	
Glosa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.	4.590

(e) Requerimento de Instauração de Arbitragem

A Companhia é parte em três procedimentos arbitrais relacionados a alegações de supostas inconsistências contábeis em suas demonstrações financeiras, todos instaurados pelos mesmos requerentes, conforme descrito a seguir:

(i) Arbitragem iniciada em janeiro de 2023 - Uma associação, em conjunto com supostos acionistas da Companhia, instaurou procedimento arbitral com valor da causa de R\$ 500, no qual alegava a existência de inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 08/01/2026, os requerentes apresentaram pedido de desistência da arbitragem, cuja homologação ainda se encontra pendente. A americanas, por sua vez, solicitou, além da homologação da desistência, a condenação dos Requerentes a (a) reembolsarem os custos e despesas incorridos com a arbitragem; (b) pagarem honorários de sucumbência, em 20% do valor da causa e (c) pagarem multa por litigância de má-fé.

(ii) Arbitragem iniciada em abril de 2024 - Os mesmos requerentes deram início a novo procedimento arbitral, inicialmente atribuído ao valor da causa de R\$ 32.000. Nesse procedimento, os requerentes pleitearam: (a) indenização no montante de R\$ 12.000 em favor de investidores, a ser suportada pela Companhia e por seus acionistas de referência; e (b) indenização no montante de R\$ 20.000 em favor da própria Companhia, a ser paga por seus acionistas de referência. No Termo de Arbitragem, o valor da causa foi posteriormente reduzido para R\$ 100. Nesse procedimento, os requerentes igualmente apresentaram pedido de desistência em 30/09/2025, cuja homologação foi requerida pela Americanas, com a consequente condenação dos requerentes nos mesmos ônus postulados no item (i). Aguarda-se, ainda, a decisão homologatória.

(iii) Arbitragem iniciada em janeiro de 2026 - Os mesmos requerentes instauraram novo procedimento arbitral, desta vez sem a participação da associação, reiterando, em essência, os pedidos formulados nas arbitragens anteriores. O procedimento contempla pedidos de indenização a investidores por supostas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como pedido de indenização à própria Companhia a ser suportada por seus acionistas de referência. Adicionalmente, foram incluídos pedidos de responsabilização de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Este procedimento encontra-se em fase administrativa, com o Tribunal Arbitral ainda não constituído, não sendo possível, no momento, mensurar de forma confiável os valores envolvidos.

Com base na avaliação de seus assessores legais, a Administração classifica os procedimentos arbitrais iniciados em 2023 e 2024 como de risco remoto, em razão dos pedidos de desistência apresentados pelos requerentes. O procedimento arbitral iniciado em 2026 é classificado como de risco possível, considerando-se a análise do mérito na fase atual.

(f) Ações Civis Públicas

Duas ações civis públicas foram ajuizadas contra a Companhia, em janeiro de 2023, pelo Instituto Brasileiro de Cidadania - IBRACI e o Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo - IPGE, nas quais incluíram no polo passivo das ações diversos outros réus relacionados à antiga gestão da Companhia.

As ações buscam indenizar credores, fornecedores e consumidores, por danos morais e materiais advindos das inconsistências contábeis identificadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Ambas as ações se encontram em fase postulatória e ainda não é possível estimar com confiabilidade o montante de eventual perda para a Companhia. O prognóstico de perda para ambas é possível.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 39.918 (R\$ 39.918 em 31 de dezembro de 2024), representado por 200.244.998 ações ordinárias (200.244.252 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 21 de maio de 2024, foi aprovado o aumento do limite do capital autorizado, que passou a ser de 435.084.497 ações ordinárias, e o grupamento de 100 ações para 1 ação do capital social. A Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 25 de julho de 2024 aprovou o grupamento das 100 ações para 1 ação, a partir de 26 de agosto de 2024.

Além disto, a conta do capital social no balanço patrimonial é apresentada líquida dos gastos com emissões de ações no valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas controladores (i)	100.122.512	50,00%	100.122.512	50,00%
Outros acionistas ("free floating")	100.122.413	50,00%	100.121.666	50,00%
Total de ações em circulação	200.244.925	100%	200.244.178	100%
Ações em tesouraria	73		74	
Total de ações ordinárias	200.244.998		200.244.252	

(i) Composto pelas participações de Holdings LLC, Samer Investments LLC, Cedar Trade LLC e Carlos Alberto da Veiga Sicupira.

A movimentação do capital social no exercício é conforme segue:

	Ações ordinárias	Saldo contábil
Em 1º de janeiro de 2024 (i)	902.529.503	15.430
Aumento de capital de 25 de julho de 2024 (ii)	18.815.921.100	24.461
Subtotal antes do grupamento de ações	19.718.450.603	39.891
Grupamento de ações em 26 de agosto de 2024 (iii)	(19.521.266.097)	-
Exercício de bônus de subscrição de ações (iv)	3.059.746	-
Em 31 de dezembro de 2024 (i)	200.244.252	39.891
Exercício de bônus de subscrição de ações (iv)	746	-
Em 31 de dezembro de 2025 (i)	200.244.998	39.891

(i) Saldo líquido dos custos de emissão de ações de R\$ 27.

(ii) Aumento de capital aprovado no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia ao preço de R\$ 1,30 por ação.

(iii) Grupamento de 100 ações para 1 do capital social.

(iv) Refere-se ao exercício de bônus de subscrição ao preço de R\$ 0,01 por ação.

Abaixo, apresentamos a composição do aumento de capital que ocorreu em 25 de julho de 2024:

Descrição	Valor
Dinheiro acionistas de referência (atuais controladores) (i)	1.469
Dívidas com acionistas de referência (atuais controladores) (ii)	10.800
Dívidas com credores (iii)	12.180
Dinheiro outros acionistas (iv)	12
	24.461

(i) Refere-se ao depósito realizado pelos acionistas de referência ao caixa da Companhia.

(ii) Refere-se a parte do capital aportado pelos acionistas de referência que foram convertidos em ações. Desses, R\$ 10.709 está relacionado ao processo de reestruturação da dívida, no qual R\$ 5.605 foram repassados diretamente aos credores e R\$ 5.104 são referentes ao financiamento DIP. Os R\$ 91 são oriundos das dívidas de cartão de crédito e outras avenças, que também foram repassados diretamente aos credores pelos acionistas de referência.

(iii) Refere-se a parte do capital aportado pelos credores financeiros que foram convertidos em ações, sendo R\$ 12.007 oriundos do processo de reestruturação da dívida e R\$ 173 oriundos das dívidas de cartão de crédito e outras avenças.

(iv) Refere-se ao depósito realizado pelos demais acionistas ao caixa da companhia.

(b) Bônus de subscrição

A RCA realizada em 25 de julho de 2024 ratificou a concessão de bônus de subscrição, aprovado na AGE realizada em 21 de maio de 2024, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações do capital social da Companhia, na proporção de 1 bônus para cada 3 novas ações integralizadas no aumento de capital ocorrido nessa mesma data. Os Bônus de subscrição poderão ser exercidos a qualquer momento entre a data da conclusão do aumento de capital e 19 de março de 2027, pelo valor de R\$ 0,01 por ação. Abaixo apresentamos os bônus de subscrição concedidos por categoria de subscritores do capital social (já considerando também o grupamento realizado em agosto de 2024):

	Quantidade
Acionistas controladores	31.458.345
Antigos credores financeiros	31.229.991
Outros acionistas	31.386
Quantidade de bônus de subscrição concedidos em 25 de julho de 2024	62.719.722
Quantidade de bônus de subscrição exercidos no exercício social de 2024	(3.059.746)
Quantidade de bônus de subscrição exercíveis em 31 de dezembro de 2024	59.659.976
Quantidade de bônus de subscrição exercidos no exercício social de 2025	(746)
Quantidade de bônus de subscrição exercíveis em 31 de dezembro de 2025	59.659.230

23. Pagamento baseado em ações

A Companhia, em decorrência do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), não ofereceu nenhum novo plano de remuneração com base em ações aos seus executivos e empregados. Para os contratos existentes, na promulgação do PRJ, a Companhia reverteu contra o resultado do exercício de 2024 o saldo da reserva de capital – Plano de Opção de Ações, no montante de R\$ 114. Assumiu um passivo com os beneficiários detentores dos planos existentes nos termos do PRJ, que previu *Haircut* de 93%, a serem pagos da seguinte forma:

- Para os Planos em aberto emitidos a partir de exercício de 2018 a 2022, pela cotação de mercado das ações do dia em que ocorrer o pagamento;
- Para o Plano de 2022 cujas ações foram subscritas e não foram emitidas, pelo valor disponibilizado pelo beneficiário na época, deduzido de *haircut* de 93%, com atualização da Taxa Referencial de Juros (TR) até a data do pagamento.

24. Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas e serviços	16.093	15.742	16.331	16.216
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(1.572)	(1.468)	(1.578)	(1.478)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(2.336)	(2.131)	(2.448)	(2.286)
Receita líquida	12.185	12.143	12.305	12.452

25. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias revendidas	(8.885)	(8.332)	(8.978)	(8.449)
Outros	(1)	(3)	(3)	(8)
	(8.886)	(8.335)	(8.981)	(8.457)

26. Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(1.742)	(1.817)	(1.756)	(1.898)
Despesas e serviços com operações comerciais	(1.060)	(1.372)	(1.081)	(1.431)
Outras	(506)	(723)	(537)	(793)
	(3.308)	(3.912)	(3.374)	(4.122)
Depreciação e amortização	(798)	(870)	(808)	(888)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.106)	(4.782)	(4.182)	(5.010)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(2.712)	(2.881)	(2.720)	(2.925)
Despesas gerais e administrativas	(1.394)	(1.901)	(1.462)	(2.085)
	(4.106)	(4.782)	(4.182)	(5.010)
Outras receitas e (despesas) operacionais (i)	1.159	1.780	1.189	1.831

- (i) Em 2024, foram reconhecidos: R\$ 938 referentes ao *haircut* de fornecedores nos termos do Plano de Recuperação Judicial; R\$ 286 referentes ao Programa de Autoregularização da Receita Federal; e R\$ 502 referentes à reversão da provisão de créditos fiscais de ICMS do Estado do Rio de Janeiro. Em 2025, foram reconhecidos: R\$ 315 de reversão de ICMS DIFAL; R\$ 307 de exclusão de ICMS ST na base de PIS e COFINS; R\$ 215 de outros créditos tributários; e conforme divulgado na nota 21 (b), os efeitos de equalização dos débitos fiscais firmados foram reconhecidos no montante de R\$ 148.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários (i)	101	4.198	149	3.521
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária (ii)	731	426	732	427
<i>Haircut</i> de credores financeiros (i)	-	12.274	-	12.274
Ajuste a valor presente (i)	35	7.288	17	485
Outras receitas financeiras	50	32	65	42
Total das receitas financeiras	917	24.218	963	16.749
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(411)	(2.302)	(414)	(2.898)
Encargos de Arrendamento	(464)	(522)	(463)	(554)
Ajuste a Valor Presente (i)	(84)	(7.028)	(66)	-
Outras despesas financeiras (ii)	(165)	(816)	(184)	(836)
Total das despesas financeiras	(1.124)	(10.668)	(1.127)	(4.288)
Resultado financeiro	(207)	13.550	(164)	12.461

- (i) Os impactos da recuperação judicial no resultado do exercício consolidado, na data da novação das dívidas de longo prazo, considerando o *haircut* e o ajuste a valor presente foi de R\$ 12.689.
- (ii) Apresentamos a seguir os principais efeitos sobre o resultado financeiro em 2025: (a) conforme divulgado na nota 10 (b), foi reconhecido o montante de R\$ 236, referente à atualização financeira decorrente da exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS; (b) R\$ 103 refere-se à atualização dos saldos vinculados ao DIFAL; (c) R\$ 90 referente aos efeitos de equalização dos débitos fiscais firmados, conforme divulgado na nota 21 (b); e (d) R\$ 63 referente à atualização do ressarcimento de crédito de PIS e COFINS relacionados a Lei do bem.

28. Resultado por ação

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Numerador – básico e diluído		
Lucro do exercício - operações continuadas	98	8.611
Prejuízo do exercício - operações descontinuadas	(369)	(330)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(271)	8.281
Denominado – básico		
Média ponderada de ações em circulação	145.968.823	91.988.903
Lucro líquido (Prejuízo) básico por ação – em R\$		
Operações continuadas	0,67	93,61
Operações descontinuadas	(2,53)	(3,59)
Lucro líquido (Prejuízo) básico por ação do exercício	(1,86)	90,02
Denominador – diluído		
Média ponderada do número de ações em circulação	145.968.823	91.988.903
Efeito das ações potenciais dilutivas (bônus de subscrição)	-	26.399.724
Denominador diluído	145.968.823	118.388.627
Lucro líquido (Prejuízo) diluído por ação – em R\$		
Operações continuadas	0,67	72,74
Operações descontinuadas	(2,53)	(2,79)
Lucro líquido (Prejuízo) diluído por ação do exercício	(1,86)	69,95

O resultado por ação diluído considera o potencial efeito do exercício dos bônus de subscrição emitidos em 25 de julho de 2024 pelos detentores desses bônus.

29. Ativos e passivos mantidos para a venda e operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia havia classificado como mantidas para venda as unidades Parati e AME. A Parati já tinha sua venda contratada, dependente da aprovação do Banco Central do Brasil para a efetiva transferência de controle.

Em 2025, as unidades HNT, em processo de *market sounding*, e Uni.co, com proposta vinculante formalizada, passaram a ser classificadas como mantidas para venda, em linha com o PRJ. Veja mais detalhes na nota 1.2. No mesmo exercício, o Banco Central do Brasil emitiu parecer favorável à transferência de controle da Parati, sendo a alienação posteriormente concluída em 11 de fevereiro de 2026, com a efetiva transferência de controle e o pagamento integral do preço à Companhia. Essas unidades são apresentadas como ativos mantidos para venda, passivos a eles associados e operações descontinuadas, conforme aplicável.

A AME deixou de atender aos critérios de classificação como mantida para venda após a decisão da Companhia de não prosseguir com sua alienação. Adicionalmente, a AME não opera mais como instituição financeira, razão pela qual o segmento financeiro deixou de ser apresentado nas demonstrações da Companhia. Assim, seus saldos e resultados são reconhecidos como operação continuada, nos termos do CPC 31 (IFRS 5).

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	71	62
Títulos e valores mobiliários	112	242
Contas a receber	135	44
Estoques	139	-
Impostos a recuperar	248	74
Imobilizado	386	3
Intangível	431	15
Direito de uso	283	-
Outros ativos	41	62
Total de ativos classificados como mantidos para venda	1.846	502
Fornecedores	14	13
Adiantamento recebido de clientes	69	66
Provisões de contingências	57	1
Passivo de arrendamento	310	-
Outros passivos	154	56
Total de passivos associados a ativos mantidos para venda	604	136

(b) Resultado das operações descontinuadas incluídos no resultado do exercício

	31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receitas	2.065	2.060
Custos	(1.257)	(1.271)
Despesas	(885)	(872)
Outras receitas e despesas	(252)	(118)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(329)	(201)
Resultado financeiro líquido	(44)	(75)
Prejuízo antes do dos impostos	(373)	(276)
Imposto de renda e contribuição social	4	(54)
Prejuízo das operações descontinuadas	(369)	(330)

(c) Impactos das operações descontinuadas para os fluxos de caixa

	31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	236	55
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(123)	(28)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(79)	(86)
Caixa líquido gerado	34	(59)

(d) Impactos das operações descontinuadas nas demonstrações dos valores adicionados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	2.691	2.646
Insumos adquiridos de terceiros	(1.590)	(1.580)
Valor adicionado bruto	1.101	1.066
Perda e recuperação de valores ativos	(248)	(171)
Depreciação e amortização	(97)	(123)
Valor adicionado líquido produzido	756	772
Valor adicionado recebido em transferência	17	23
Valor adicionado total a distribuir	773	795
Pessoal	317	316
Impostos, taxas e contribuições	292	329
Remuneração de capitais de terceiros	164	150
Valor total adicionado distribuído	773	795

30. Cobertura de seguros

O Grupo mantém apólices de seguros contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, cujas condições foram definidas levando em consideração a natureza e o valor em risco envolvido. A Administração definiu como suficiente para a cobertura de riscos de suas operações. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil geral, seguro patrimonial, transporte nacional e internacional, D&O, Aeronáutico e Auto Frota com cobertura de casco ou RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, conforme demonstrado abaixo:

Risco cobertos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade Civil Geral	35	40	35	50
D&O	50	50	50	115
Danos Materiais (Estoque, Imobilizado e Seguro predial) (i)	8.215	5.328	8.240	5.532
Perdas e Danos (i)	557	371	558	372
Responsabilidade Civil em Transporte Nacional (ii)	5	5	15	15
Transporte Internacional - US\$ milhões (ii)	-	-	3	3

(i) Para Danos Materiais e Perdas e Danos é utilizado o conceito de Valor em Risco. Para os demais seguros o Grupo utiliza o conceito de LMG - Limite Máximo de Garantia.

(ii) Limites para cada viagem ou por acumulação de bens e/ou mercadorias em locais previstos pelo seguro;

31. Remuneração dos administradores e benefício pós emprego

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Benefício de curto prazo à administradores	63	46	66	55
	63	46	66	55

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

O Estatuto Social prevê para os membros da administração da Companhia custear os gastos com a defesa em processos judiciais e administrativos, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, inclusive por meio de contrato de seguro permanente, a fim de resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função.

(b) Benefício pós emprego

Plano Médico e Odontológico

A Companhia oferece diferentes tipos de plano de saúde e odontológico aos seus atuais empregados e aposentados.

Estes planos estão expostos principalmente ao risco de aumento de custos médicos devido à inflação, novas tecnologias e a um nível elevado de utilização dos benefícios médicos.

Há duas modalidades de contribuição para os planos oferecidos: (i) empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais; e (ii) empregados e aposentados realizam contribuições no regime de coparticipação, além de contribuições mensais calculadas de acordo com faixa salarial. Há contribuições mensais e complementos das despesas por parte da empresa. Esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

Quantidade de participantes do plano

Em 31 de dezembro de 2025, havia 12.472 titulares ativos nos planos, sendo 441 titulares aposentados e 228 dependentes desses aposentados. Os empregados ativos, os dependentes e os aposentados estão distribuídos em planos segurados por quatro operadoras.

Movimentação do valor presente das obrigações (VPO)

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	243	120
Custo do serviço corrente	2	3
Juros sobre a obrigação atuarial	30	11
Benefícios pagos no ano	(10)	(11)
Perdas (Ganhos) atuariais (i)	(66)	120
Reclassificado para mantido para venda	(4)	-
Saldo final em 31 de dezembro	195	243

(i) Perdas (Ganhos) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas, financeiras e ajustes pela experiência. Para maiores detalhes das veja quadro comparativo das premissas financeiras abaixo.

Este passivo possui uma *duration* de 11,75 anos e o seguinte perfil de vencimento em 31 de dezembro de 2025:

Ano	2026	2027	2028	2029	2030 e após	Total
Valor	15	14	14	15	663	721

Premissas e hipóteses financeiras e biométricas

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto Real	7,08%	7,44%
Taxa de inflação	4,20%	4,50%
Inflação médica	3,00%	3,00%
Evolução do custo médico	3,00%	3,00%

	31/12/2025	31/12/2024
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (Segregada por Sexo)	AT-2000 (Segregada por Sexo)
Tábua de mortalidade de Inválidos	RP-2000 (Segregada por Sexo)	RP-2000 (Segregada por Sexo)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Permanência no Plano ("Take Up")	70% ou 41,51(i)	100%
Fator de envelhecimento ("Aging Factor")	2,50%	2,50%

(i) Por empresa.

Adicionalmente, um decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto em 31 de dezembro de 2025 aumentaria o custo dos juros em R\$ 13. Da mesma forma, um aumento de 1% na inflação médica aumentaria o valor presente das obrigações em R\$33.

32. Informações por segmento

Durante o exercício, as atividades relacionadas aos segmentos de serviços financeiros, *fresh food* e varejo *premium* estão em processo de alienação e, portanto, atenderam aos critérios do CPC 31 sendo classificadas como ativos e passivos mantidos para venda e resultado de operações descontinuadas, conforme detalhado na nota 1.2. A decisão de descontinuidade está alinhada à estratégia atual da Companhia e reflete as mudanças na estrutura operacional e no foco de atuação.

Com isso, o Grupo passou a concentrar suas operações em um único segmento reportável: o varejo, cujas receitas são originadas da comercialização de produtos por meio de lojas físicas e plataformas digitais. Este segmento representa substancialmente a totalidade das receitas e resultados da Companhia e é monitorado pela Diretoria.

33. Eventos subsequentes

(a) Acervo a ser vertido para a HNT Comércio Hortifrutigranjeiros Ltda. ("HNT Horfifrutigranjeiros")

A Companhia, na reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 12 de agosto de 2025, após apresentação da Diretoria e considerando a recomendação favorável do Comitê Financeiro da Companhia, aprovou a proposta de constituição de sociedade com capital a ser integralmente de titularidade da Companhia, para a qual será vertido oportunamente o Acervo HNT, tal como definido no Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Em ato contínuo, a Companhia, por meio de Comunicado ao mercado em 12 de agosto de 2025, informou que retomou o processo de *Market Sounding* para prospecção de interessados na aquisição da unidade de negócio do Hortifruti Natural da Terra ("HNT"), conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em continuidade à decisão, a Companhia constituiu a empresa HNT Comércio Hortifrutigranjeiros Ltda. ("HNT Hortifrutigranjeiros"), subsidiária integral da Companhia, para receber o acervo do então segmento operacional *Fresh Foods* (HNT). Para suportar a execução da operação, a Companhia contratou uma empresa especializada independente para emissão de laudo de avaliação, a valor contábil na data base de 31 de dezembro de 2025. Com base no citado laudo de avaliação, emitido em 28 de janeiro de 2026, o acervo líquido cindido da Companhia a ser incorporado à HNT Hortifrutigranjeiros como aporte de capital nos termos dos art. 7º e 8º da Lei 6.404/76 é composto da seguinte forma:

Contas	Acervo na data base de 31/12/2025
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	25
Estoques	107
Impostos a recuperar	241
Imobilizado	377
Direito de uso de imóveis	250
Intangível	12
Outros ativos	15
Total do ativo	1.027
Passivo	
Salários e encargos trabalhistas	27
Passivo de arrendamento	292
Outros passivos	6
Total do passivo	325
Acervo contábil base aporte de capital	702

Conforme 3ª alteração do contrato social e reunião dos sócios subscritores realizada em 08 de fevereiro de 2026, o HNT Hortifrutigranjeiros alterou o tipo jurídico de sociedade, passando de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado. A transformação deliberada não importará em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais, o mesmo patrimônio e a mesma escrituração comercial e fiscal da sociedade.

(b) Conclusão do processo de alienação da Parati Crédito Financiamento e Investimento S.A.

Foi concluído em 11 de fevereiro de 2026 pela subsidiária integral da Companhia AME Holding Ltda. (“AME Holding”) a alienação e, conseqüentemente, a transferência do controle societário da Parati – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., para a Tudo Holding Financeira Ltda. (“Tudo Holding”). Em decorrência da conclusão da operação, a Tudo Holding pagou à AME Holding em parcela única o montante de R\$ 34 a título do preço negociado para a alienação.

(c) Deliberações aprovadas em assembleia de Debenturistas.

Conforme divulgado em comunicado ao mercado em 23 de fevereiro de 2026, os debenturistas da 22ª (vigésima segunda) emissão de debêntures da Companhia aprovaram, em assembleia geral realizada na mesma data, a autorização para que a Companhia promova a alienação de imóveis de sua propriedade que não estejam abrangidos pelo Plano de Recuperação Judicial.

A deliberação estabeleceu a obrigatoriedade de destinação de parcela dos recursos líquidos eventualmente obtidos com tais alienações para amortização extraordinária ou resgate antecipado das debêntures, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

Na mesma assembleia, os debenturistas deliberaram, ainda, sobre outras matérias de natureza financeira, operacional e societária, incluindo: (i) autorização para aporte de até R\$ 75 em fundo de investimento em direitos creditórios vinculado à operação de crédito direto ao consumidor; e (ii) aprovação da incorporação de subsidiária não operacional Ecolivery Courriers Ltda. pela subsidiária operacional da Companhia, Click-Rodo Entregas Ltda.

(d) Audiência de abertura de propostas de alienação do Grupo Uni.co

Em continuidade aos fatos citados na nota 1.2, a Companhia, em 25 de março de 2026, no âmbito do processo competitivo previsto no Plano Recuperação Judicial, realizou, perante o Juízo, audiência para abertura das propostas de alienação da UPI Uni.co. Durante a audiência, verificou-se que, além da proposta apresentada pela Fan Store Entretenimento S.A. (“BandUP!”), foi apresentada uma segunda proposta concorrente. Após o recebimento da proposta concorrente, o Juízo da Recuperação Judicial a declarou inválida por não cumprir com todos os requisitos exigidos pelo Edital.

Em razão da invalidade da proposta concorrente, com base nos termos do Edital, o Juízo da Recuperação Judicial declarou a Proposta Vinculante apresentada anteriormente pela BandUp! como vencedora do processo competitivo de alienação judicial da UPI Uni.Co, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e da Administração Judicial Conjunta, e proferiu a decisão de homologação da alienação da UPI Uni.Co para a BandUp!.



Conforme estabelecido no Edital, será celebrado com a BandUP! o respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, ficando o pagamento do Preço de Aquisição Final da UPI Uni.Co e a efetiva conclusão da transferência da UPI Uni.Co sujeitos ao cumprimento das condições precedentes previstas em tal contrato, incluindo a obtenção da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

(e) Protocolo de encerramento da Recuperação Judicial

Em 25 de março de 2026, em continuidade aos fatos relacionados ao Plano de Recuperação Judicial mencionados nas notas 1.3 e 1.4, a Companhia protocolou, perante o juízo da Recuperação Judicial da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de encerramento da recuperação judicial de todas as Recuperandas, tendo em vista o cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, homologado em 27 de fevereiro de 2024, com vencimento até dois anos após sua homologação, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

* * *

Anexo I

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, II e VII da Lei nº 6.404/76, analisaram o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, emitido nesta data sem ressalvas, bem como do relatório do Comitê de Auditoria. Como parte integrante dos trabalhos, conforme detalhados em Ata, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Diretoria e o Conselho de Administração, assim como com o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras.

Assim, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, e à luz do parecer sem ressalvas emitido por esses e dos procedimentos adotados para tanto, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 11:00 horas.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Elias de Matos Brito

José Maria Rabelo

Raphael Manhães Martins

Anexo II

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, analisaram o Protocolo e Justificação da incorporação das seguintes sociedades pela Companhia: (a) Mesa Express Serviço de Informação na Internet S.A (CNPJ/MF: 08.778.355/0001-18) ("Mesa") e AME Digital Brasil Ltda. (CNPJ/MF: 32.778.350/0001-70) ("AME Digital" e, em conjunto com Mesa, "Incorporadas") pela Companhia ("Incorporação") incluindo o Protocolo e Justificação de Incorporação das Incorporadas, além dos Laudos de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Mesa e da Ame Digital, elaborado pela Meden Consultoria Empresarial Ltda. ("Meden Consultoria"), sociedade limitada estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Primeiro de Março, nº 23, 22º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 27.936.447/0001-23.

Assim, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração em reunião conjunta com o Comitê de Auditoria, e, ainda, nos procedimentos adotados para tanto, incluída a opinião legal fundamentando as operações, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à aprovação da Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação, a serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 11:00 horas.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Elias de Matos Brito

José Maria Rabelo

Raphael Manhães Martins

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

**Relatório Resumido dos Trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário
2025**

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário ('Comitê') da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (respectivamente “Companhia” ou “Americanas”), atua como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, ao qual reporta-se com plena autonomia operacional.

O Comitê de Auditoria exerce suas atribuições com o rigor e a diligência necessários, fundamentando suas análises no fluxo de informações provido pela Administração e pelos Auditores Independentes. O exercício desta supervisão é consolidado pelos relatórios e diagnósticos da Auditoria Interna e das áreas de Governança, Compliance, Riscos, Controles Internos e Canal de Denúncias, além da interlocução direta com os responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras, assegurando uma visão integrada do ambiente de controles da Companhia.

O Comitê mantém um canal de comunicação contínuo e estruturado com a Alta Administração. Para assegurar a fluidez na análise das matérias de sua competência, o CEO, o CFO e as lideranças de Compliance, Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna, Governança Corporativa e Canal de Denúncias participam regularmente das reuniões. Essas interações recorrentes visam não apenas o compartilhamento de temas críticos de negócio, mas também garantem que o Comitê exerça sua função de supervisão com base em informações tempestivas e profundas sobre o ambiente de riscos e o sistema de controles da Companhia.

O Comitê é composto pelos seguintes membros:

Nome	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato	1º. Mandato
Vanessa Claro Lopes	Coordenadora do Comitê de Auditoria e Membro Independente do Conselho de Administração	12/09/2024	05/09/2026	10/06/2021
Carla Alessandra Trematore	Membro Externo do Comitê de Auditoria	12/09/2024	05/09/2026	12/09/2024

Maria Rita Megre de Sousa Coutinho	Membro Independente do Comitê de Auditoria e Membro Independente do Conselho de Administração	01/05/2025	05/09/2026	01/05/2025
Rodrigo Carneiro da Cunha Torres	Membro Externo e Especialista em Finanças do Comitê de Auditoria	12/09/2024	05/09/2026	12/09/2024

2. ATIVIDADES DO COMITÊ

No exercício de suas atribuições ao longo de 2025, o Comitê realizou 12 reuniões, com a participação de membros da Diretoria, Auditores Internos e Independentes, gestores das áreas de Compliance, Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança da Informação (TI), além de outros membros da Administração e colaboradores da Companhia, conforme convocados pelo Comitê, o que lhe permitiu:

- (a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (b) apreciar e opinar acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2025, acompanhadas do relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes;
- (c) acompanhar as atividades das áreas de auditoria interna, controles internos, gestão de riscos, compliance e canal de denúncias da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- (f) manter meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia.

Adicionalmente às reuniões, ao longo do período em referência, foram realizadas solicitações pelos membros do Comitê às áreas da Companhia, encaminhamento de questões, esclarecimentos, aprimoramento de recomendações e discussões técnicas, inclusive, com assessores externos, de aspectos específicos pertinentes às matérias de competência do Comitê.

No mesmo período, o Comitê também manteve interlocução periódica com o Conselho Fiscal,

para troca de informações sobre temas de interesse comum, observadas as atribuições e competências de cada órgão.

2.1 Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria manteve sua sistemática de supervisão sobre o ecossistema de riscos da Companhia, por meio de agendas ordinárias e extraordinárias com a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos. Como parte do ciclo contínuo de revisão, o Comitê aprovou a atualização periódica da Metodologia de Mapeamento e Monitoramento de Riscos, assegurando a correta identificação dos Risk Owners e a validação técnica do Mapa Anual de Riscos, em linha com as diretrizes estratégicas do negócio.

Ao longo do período, a referida Diretoria submeteu sete pautas de reunião ao Comitê, com ênfase no acompanhamento dos processos de gestão, na revisão de diretrizes e políticas corporativas e no monitoramento de temas estruturantes de tecnologia sob a ótica de controles.

Quanto ao ambiente de controles, a Diretoria informou a inexistência de deficiências significativas que pudessem comprometer a fidedignidade das informações financeiras ou a integridade das operações. As deficiências de natureza não significativa, mapeadas no curso regular das atividades, permanecem sob monitoramento, com planos de ação e projetos voltados à sua contínua mitigação e operacionalização.

O Plano de Trabalho da área é anualmente avaliado pelo Comitê, que acompanha sua execução com base em marcos e planos de ação. Com base nas informações reportadas, este Colegiado reconhece a evolução dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos, destacando a consistência dos esforços da Administração na manutenção de um ambiente de controle resiliente e eficaz.

2.2 Auditoria Interna e Canal de Denúncias

A Auditoria Interna mantém reporte direto e funcional ao Comitê de Auditoria, assegurando a independência necessária ao exercício de suas atribuições. Em 2025, o Colegiado supervisionou a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), aprovando os ajustes solicitados pela área para manter a aderência às prioridades de negócio e às exigências regulatórias, sempre respeitando a curva de maturidade dos processos internos.

O Comitê realizou sessões executivas periódicas com a Diretoria de Auditoria Interna para o acompanhamento das práticas de auditoria e a apreciação dos relatórios emitidos. Destaca-se, neste exercício, a harmonização da régua de riscos da Auditoria com as metodologias das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, garantindo uma linguagem única e integrada para a mensuração de impactos em toda a Companhia.

No que tange à governança do Canal de Denúncias, a operação está sob gestão da Auditoria Interna, com o suporte especializado de um assessor independente para o recebimento e classificação dos relatos. O fluxo estabelecido assegura que denúncias de alto risco sejam comunicadas de forma tempestiva aos órgãos de governança. Em dezembro de 2025, como marco do fortalecimento ético, o Comitê recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da nova Política de Recebimento e Tratamento de Denúncias.

Este Comitê registra que, com base nas informações recebidas, não foram identificadas situações que comprometessem a autonomia dos auditores internos, destacando a plena cooperação das Diretorias com os trabalhos realizados. Com base nos resultados apresentados, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade das atividades da Auditoria Interna e do Canal de Ética, bem como registra que não foram detectadas ocorrências ou riscos com impacto material sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia. Os planos de ação para os riscos identificados seguem monitorados pelo Comitê, com foco na eficácia de sua mitigação.

2.3 Compliance

No exercício de 2025, a Diretoria de Compliance deu continuidade à trajetória de maturação da estrutura de integridade da Companhia, atuando de forma sinérgica com este Comitê no constante aperfeiçoamento do arcabouço normativo e da cultura ética organizacional. Esse movimento refletiu-se no ciclo regular de revisão de diretrizes, que incluiu a atualização das políticas de Brindes e Hospitalidades, Sistema Normativo e de Recebimento e Tratamento de Denúncias.

No âmbito da governança corporativa, o Comitê e a área de Compliance mantiveram o foco na atualização das políticas de Transações entre Partes Relacionadas e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, reiterando os mecanismos de responsabilidade da gestão já estabelecidos. Esse zelo normativo seguiu acompanhando a evolução das melhores práticas de mercado, estendendo-se também aos protocolos de proteção de ativos com a atualização da Política de Segurança da Informação.

Dando sequência à estratégia de disseminação da cultura ética, a Companhia manteve seu cronograma de capacitação, compreendendo que a eficácia dos controles é fruto de um processo educativo contínuo e recorrente. Nesse sentido, o Comitê avaliou e acompanhou as atualizações do Programa de Treinamento de Compliance direcionado aos Conselheiros, que contemplou módulos essenciais para a preservação do ambiente de controle, tais como: Brindes e outras Hospitalidades; Partes Relacionadas; Conflito de Interesses; e Privacidade e Dados Confidenciais.

O programa seguiu abordando temas fundamentais para a segurança do mercado de capitais e da operação, como a prevenção ao Insider Trading e a gestão de incidentes, incluindo o combate ao Vazamento de Dados e outras formas de ameaças cibernéticas, como o Phishing.

Foram ainda reforçadas Dicas de Segurança operacional e o uso adequado do Canal de Denúncias como ferramenta de proteção institucional.

A consistência dessas iniciativas é monitorada de forma permanente pelo Comitê, que recebe mensalmente indicadores de performance que atestam o alcance dos treinamentos, a robustez dos processos de *background check* e a perenidade da *due diligence* de integridade junto a terceiros. Como reflexo da solidez desses processos e da transparência na condução dos negócios, a Companhia manteve sua participação efetiva no Movimento Transparência 100%, do Pacto Global da ONU, marco que ratifica a consistência do compromisso da Americanas com os mais elevados padrões éticos globais.

2.4 Secretaria de Governança

O Comitê de Auditoria conta com o suporte da Gerência de Governança Corporativa, que atua como Secretaria de Governança. Este órgão é responsável por assegurar a fluidez e a conformidade dos ritos do Comitê, atuando diretamente no apoio à Coordenadora e demais membros, em linha com as melhores práticas de governança da Companhia.

Dentre as principais atividades desempenhadas pela Secretaria ao longo de 2025, destacam-se:

- (a) Coordenação do calendário anual, convocação e preparação de pautas tempestivas, garantindo que os membros recebam os materiais de apoio necessários para uma análise qualificada.
- (b) Formalização das discussões e deliberações do Comitê, assegurando a rastreabilidade das decisões e o reporte adequado ao Conselho de Administração.
- (c) Gestão do ciclo de vida das Políticas Corporativas sob responsabilidade do Comitê, monitorando seus prazos de vigência e coordenando os processos de revisão e atualização.
- (d) Atendimento e suporte para atualização do Informe de Governança da Companhia, garantindo a transparência das práticas adotadas frente aos órgãos reguladores e ao mercado.

A atuação da Secretaria de Governança é essencial para que o Comitê exerça suas funções com foco total na supervisão e estratégia, delegando a gestão dos processos de conformidade a uma estrutura técnica dedicada e eficiente.

2.5 Auditoria Independente

A interlocução entre o Comitê de Auditoria e os Auditores Independentes foi pautada pela regularidade e transparência ao longo de 2025, com a realização de 7 (sete) reuniões

ordinárias com a presença dos responsáveis pela auditoria. Esse fluxo contínuo permitiu ao Comitê a avaliação tempestiva do plano de trabalho para o exame das Demonstrações Financeiras, proporcionando um fórum de debate técnico onde membros e auditores puderam alinhar o escopo e aprofundar a análise sobre temas de maior complexidade ou risco.

Um marco relevante deste exercício foi a conclusão do ciclo de remediação das deficiências significativas apontadas na Carta de Controles Internos (CCI) do período anterior. Com o acompanhamento diligente dos órgãos de governança e o suporte técnico da Diretoria de Controles Internos, a Companhia logrou êxito em endereçar os pontos remanescentes, encerrando o ano de 2025 com um ambiente de controles internos livre de deficiências significativas na visão dos auditores. Eventuais pontos de natureza não significativa seguem o fluxo ordinário de monitoramento, com planos de ação em curso para sua contínua operacionalização e mitigação.

A colaboração entre as linhas de defesa também se mostrou efetiva no compartilhamento de denúncias que pudessem ter impacto, qualitativo ou quantitativo, sobre as demonstrações financeiras. Esse processo assegura que os Auditores Independentes tenham visibilidade total para avaliar a necessidade de procedimentos complementares, reforçando a segurança do processo de auditoria.

Como resultado do processo de supervisão, os Auditores Independentes emitiram seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras de 2025 sem ressalvas, confirmando a adequação das práticas contábeis adotadas. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados, registrando a objetividade e independência da firma e de suas equipes. Não chegou ao conhecimento deste Comitê qualquer situação que pudesse comprometer a autonomia dos auditores independentes ou eventuais divergências de entendimento junto à Alta Administração que pudessem dificultar a condução dos exames.

3. RECOMENDAÇÕES

As análises e recomendações do Comitê de Auditoria são fundamentadas em um conjunto de subsídios técnicos provenientes das Diretorias Executivas, dos Auditores Independentes e das áreas de controle, além dos relatos do Canal de Denúncias e pareceres de especialistas externos. A qualidade e a isenção deste processo são asseguradas pela própria composição do Comitê, que conta com a participação de 2 (dois) conselheiros independentes do Conselho de Administração e 2 (dois) membros externos, sendo um deles especialista em temas contábeis e financeiros. Essa pluralidade de competências garante que as deliberações sejam pautadas pela imparcialidade, pelo rigor técnico e por um elevado senso crítico.

Todo esse fluxo de informações, juntamente com as recomendações emitidas, é consolidado no Portal de Governança da Companhia, ferramenta que assegura aos demais membros do Conselho de Administração a plena rastreabilidade e transparência sobre as atividades do órgão.

Temas de natureza material são elevados tempestivamente ao conhecimento do Conselho, seja por meio de comunicações diretas ou através dos reportes periódicos que detalham o andamento dos trabalhos do Comitê. Além disso, o Comitê mantém um monitoramento contínuo sobre a implementação das melhorias e adequações sugeridas, garantindo que as deliberações se convertam em avanços perenes para o ambiente de governança da Companhia.

4. CONCLUSÕES

O Comitê desempenhou suas atividades em observância ao seu Regimento Interno, pautando sua atuação na realização de reuniões, interações técnicas, análise de documentos e avaliações independentes. Essa atuação contribuiu para o acompanhamento das iniciativas da Companhia voltadas ao aprimoramento contínuo de seus processos, controles e políticas corporativas.

Ao longo do exercício de 2025 e até a emissão deste Relatório, as interações com a Administração, os Auditores Independentes e as áreas de Auditoria Interna, Controles Internos, Gestão de Riscos, Compliance, Canal de Denúncias e Segurança da Informação confirmaram a inexistência de deficiências significativas de controles internos. Da mesma forma, conforme mencionado anteriormente, não foram identificadas divergências entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê em relação às práticas contábeis ou ao conteúdo das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Diante do exposto, o Comitê, por unanimidade e com base nas informações reportadas até o dia 25 de março de 2026, entende que o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social de 2025, foi adequado e confere transparência e qualidade a tais demonstrações. Considerando, ainda, o parecer emitido sem ressalvas pela BDO Auditores Independentes, este Colegiado recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras e sua subsequente submissão à Assembleia Geral Ordinária para apreciação e deliberação pelos acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Vanessa Claro Lopes

Carla Alessandra Trematore

Maria Rita Megre de Sousa Coutinho

Rodrigo Carneiro da Cunha Torres

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

- (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e
- (ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Fernando Dias Soares

Sebastien Durchon

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

- (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e
- (ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Fernando Dias Soares

Sebastien Durchon